

2014

Relatório de autoavaliação do desempenho



i n o v a ç ã o
i n t e g r i d a d e
c o n f i a n ç a

Índice

1. Apresentação.....	5
a. Instituição.....	5
b. Sinopse dos principais resultados de 2014 (custo-eficácia).....	7
c. Reforço da atividade em áreas relevantes para as políticas públicas.....	9
a. Distribuição da capacidade operacional por áreas relevantes	9
b. Ações que envolveram mais recursos de inspeção no ano	11
d. Participação dos dirigentes e trabalhadores na elaboração da autoavaliação da IGF ...	13
2. QUAR2014: Resultados Obtidos.....	14
a. Grau de cumprimento dos objetivos operacionais.....	15
b. Comparação com o ano anterior (evolução)	16
c. Comentários aos resultados do desempenho.....	17
1) Eficácia.....	17
2) Eficiência	18
3) Qualidade	18
d. Análise agregada de resultados	19
3. Execução do QUAR previsto e condicionantes	21
a. Grau de cobertura de controlo	21
b. Reajustamento da atividade por solicitação do Governo	22
c. Outras causas	23
4. Evolução e Controlo de Recursos.....	30
a. Evolução nos Recursos humanos	30
b. Evolução nos Recursos Financeiros.....	32
5. Impacto na Sociedade (contributo da IGF para a prossecução das políticas públicas).....	34
6. Apreciação da quantidade e qualidade pelos utilizadores.....	36
a. Portugal é um dos Estados «com Melhor Reputação na Execução e Controle dos Fundos Europeus»	36

b. Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso refere contrato de confiança em matéria de auditoria dos fundos europeus como um dos pontos fortes de Portugal na União Europeia.....	37
c. União Europeia/Brasil - Controladoria-Geral da União (ODP/DIE/CGU).....	38
d. Comissão Europeia - apuramento das contas anuais do IFAP	39
e. Cooperação no projeto de jumelage IGF França/IGF Portugal e IGF Marrocos.....	40
f. Finanças detetam irregularidades de 26 milhões nas despesas com trabalhadores do Estado (Raquel Martins e Raquel Almeida Correia – Jornal Público - 03/07/2014 - 07:36)...	41
g. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento - FAM.....	42
h. Instituto dos Transportes exige devolução de 2,8 milhões de euros a 300 trabalhadores (Mariana Oliveira Jornal “Público” 17/02/2014 - 18:17 atualizado às 23:00).....	43
i. Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro pela elaboração da informação urgente	44
j. Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro - Novo CPA Decreto enviado para promulgação	45
k. Gabinete do Secretário de Estado das Finanças - URGENTE - Pedido de análise e emissão de parecer.....	46
l. Auditoria já tinha alertado para problemas na rede informática dos tribunais (PÚBLICO 10/09/2014 - 09:30 atualizado às 11:06).....	47
m. Direção-Geral do Orçamento – Procedimento concursal	48
n. Ministério da Administração Interna - Programa Quadro SOLID.....	49
o. Direção Geral da Administração Interna – Programa Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios	50
p. Câmara Municipal de Mora – Urbanização e Edificação na Administração Local	51
q. Município da Marinha Grande – Publicitação das Subvenções Públicas	52
r. Fundação Alves Brás.....	53
s. Fundação para as Comunicações Móveis	54
7. Satisfação dos colaboradores.....	55
8. Processos e Sistemas de indicadores de desempenho	56
9. Planeamento e Estratégia	59

1. Apresentação

O presente documento constitui a autoavaliação do desempenho da IGF do ano de 2014 e é elaborado em cumprimento do art.º 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28/dez e dos objetivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR).

A autoavaliação é elaborada com base nos resultados, encontrando-se estes suportados em sistemas de informação desenhados para assegurar um bom controlo interno, de modo a responder às necessidades de apoio ao SIADAP 1, 2 e 3.

a. Instituição

A orgânica da IGF consta do Decreto-Lei n.º 96/2012, de 23/abr, sendo um serviço de controlo estratégico da administração financeira do Estado, compreendendo o controlo da legalidade e a auditoria financeira e de gestão, bem como a avaliação de serviços e organismos, atividades e programas, além de prestar apoio técnico especializado aos membros do Governo.

O âmbito subjetivo da sua atuação, sendo transversal a toda a Administração Pública, vem sendo reforçado nos últimos anos, podendo sintetizar-se nos seguintes grupos de entidades abrangidas pelo espectro de atuação da IGF:

- *Todas as entidades do setor público administrativo, incluindo autarquias locais, entidades equiparadas e demais formas de organização territorial autárquica;*
- *Setor empresarial do Estado e Local;*
- *Setor privado e cooperativo, quando sujeitos de relações financeiras ou tributárias, com o Estado ou com a União Europeia, ou quando se mostre indispensável ao controlo indireto de quaisquer entidades abrangidas pela sua ação.*

No ano de 2014, à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, assistiu-se a um aumento de competências e inerentes funções atribuídas a esta inspeção-geral. Dos instrumentos legais que, em 2014, alargaram as funções da IGF destacamos os seguintes:

- *Decreto-Lei n.º 155/2014, de 21 de outubro: cria a IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A., e aprova os respetivos estatutos, atribuindo o seu controlo regular à IGF;*
- *Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro: Atribui responsabilidades de certificação à IGF, no modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento, para o período de 2014-2020;*

- *Lei n.º 35/2014, de 20 de junho: Atribui competências à IGF em matéria do Código do Trabalho (art.º 4.º, n.º 2, do anexo àquela Lei);*
- *Decreto-Lei n.º 55/2014, de 9 de abril: Cria o Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Setor Energético e atribui à IGF a responsabilidade de assegurar o permanente acompanhamento daquele fundo devendo, designadamente, proceder: a auditorias, inspeções e outras ações de controlo à atividade do FSSSE, incluindo uma auditoria anual à sua gestão, bem como a ações de inspeção junto das entidades financiadas pelo FSSSE;*
- *Portaria n.º 53/2014, de 3 de março: atribui à IGF a fiscalização do cumprimento dos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública dos contratos de aquisição de serviços;*
- *Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro: Atribui à IGF a fiscalização do cumprimento dos termos e tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, previsto no artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro;*
- *Resolução do CM n.º 15/2014, de 24 de fevereiro: Designa a IGF como o organismo de auditoria independente a que alude o artigo 30.º do Regulamento (UE) n.º 1288/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013 (cria as agências nacionais para a gestão do Programa Erasmus Plus em Portugal);*
- *Portaria n.º 44-A/2014, de 20 de fevereiro: Os atos praticados no âmbito do sorteio "Fatura da Sorte" são acompanhados por um auditor independente constituído por um representante da IGF.*

Em síntese, as atribuições e competências legalmente atribuídas à IGF reconduzem-se a 7 principais Funções:

*Controlo Financeiro Estratégico
Autoridade de Auditoria
Apoio Técnico Especializado
Supervisão
Certificação dos Fundos FEAGA e FEADER
Avaliação de Entidades, Serviços e Programas Públicos
Cooperação Internacional*

No exercício dessas funções, a IGF manteve:

Visão – *acrescentar valor à gestão pública.*
Valores - *inovação, integridade e fiabilidade.*

Modelo de gestão - Misto¹, hierarquizado para a estrutura administrativa (suporte à missão) e matricial para as áreas de missão.

b. Sinopse dos principais resultados de 2014 (custo-eficácia)

Os resultados da atuação da IGF em 2014 enquadram-se numa conjuntura que não difere significativamente da de 2013. Com efeito, os compromissos internacionais assumidos pelo Estado, em particular a necessidade de consolidação orçamental em situação de emergência financeira, continuaram a influenciar a orientação desta inspeção-geral para a execução prioritária de pedidos determinados por vários membros do Governo, em especial do Ministério das Finanças.

Tal como em 2013, o ano de 2014 foi marcado pela constante preocupação da IGF na condução de ações que privilegiassem a obtenção de resultados com efeitos e impactos orçamentais e que concorressem para a efetividade das políticas públicas relacionadas com a consolidação das finanças públicas.

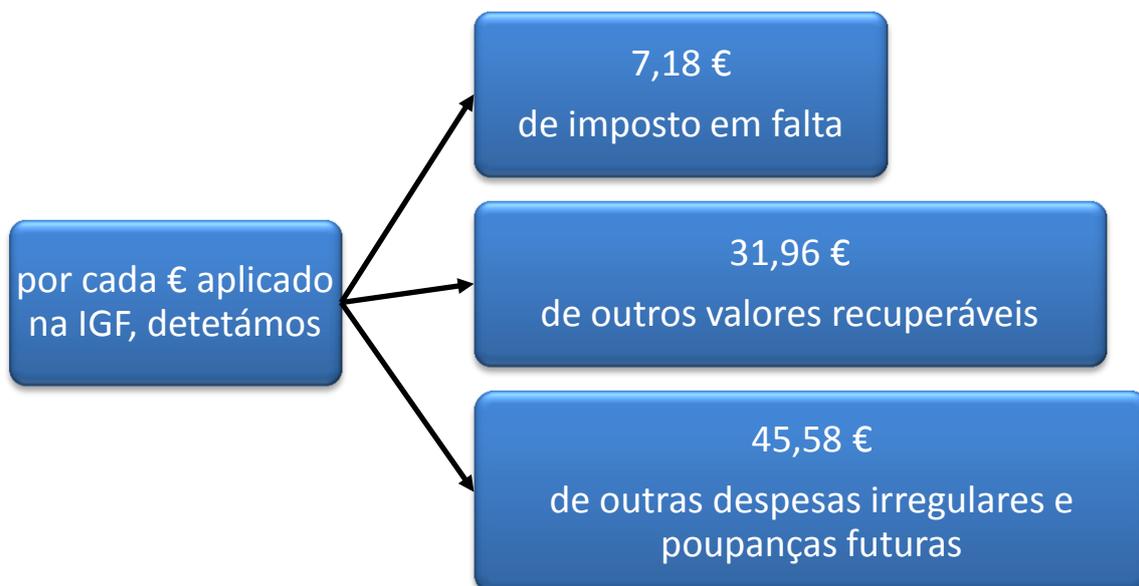
Tal preocupação encontra-se indexada na meta do **indicador 1 - cobertura do controlo financeiro** - correspondente ao universo controlado em milhões de euros por referência a uma percentagem da despesa corrente primária, que em 2014 foi estimada em M€ 67.873,4, conforme Relatório do Orçamento do Estado² e na meta do **indicador 4 - índice de resultado do valor para o cliente**, que representa a mensuração do valor financeiro, do conhecimento gerado e das soluções apresentados aos membros da tutela, destinatários primários dos outputs e *delivery* da IGF.

A eficácia dos produtos da IGF é aferida na ótica de compromisso QUAR pela utilidade potencial dos recursos públicos gastos com esta Inspeção-Geral.

Assim, em termos de efeitos financeiros gerados, por cada €1 gasto com a IGF foram detetados por esta inspeção-geral €7,18 de imposto em falta, €31,96 de outros valores recuperáveis e ainda €45,58 de despesa irregular ou com potencial de poupança de recursos públicos.

¹ Portaria n.º 174/2012, de 29 de maio.

² Relatório do Orçamento do Estado para 2014, Fls, 90.



Uma análise comparativa, permite-nos comprovar os impactos da atividade da IGF em diversos domínios, nos anos de 2013 e 2014:

Impactos quantitativos da atividade da IGF

Execução Orçamental da IGF (Milhões €)	2013	2014
1. Execução do Orçamento de Funcionamento	10,45	9,64
2. Execução do Orçamento de Investimento	0,22	0,25
Impactos Quantitativos da Atividade (Milhões €) (a)		
1. Imposto em falta	135,08	47,28
1a. Imposto por correções à matéria coletável (10%)	6,61	21,91
2. Coimas	0,18	0,03
3. Despesas irregulares com pessoal (suscetíveis de recuperação)	26,95	3,24
4. Outras despesas irregulares (suscetíveis de recuperação)	0,17	152,40
5. Comparticipações financeiras irregulares	27,62	6,86
6. Impacto financeiro do controlo em Fundos da EU	88,35	108,13
7. Redução de encargos em obrigações de serviço público	0,00	7,22
8. Participação de infrações financeiras e criminais	64,75	23,97

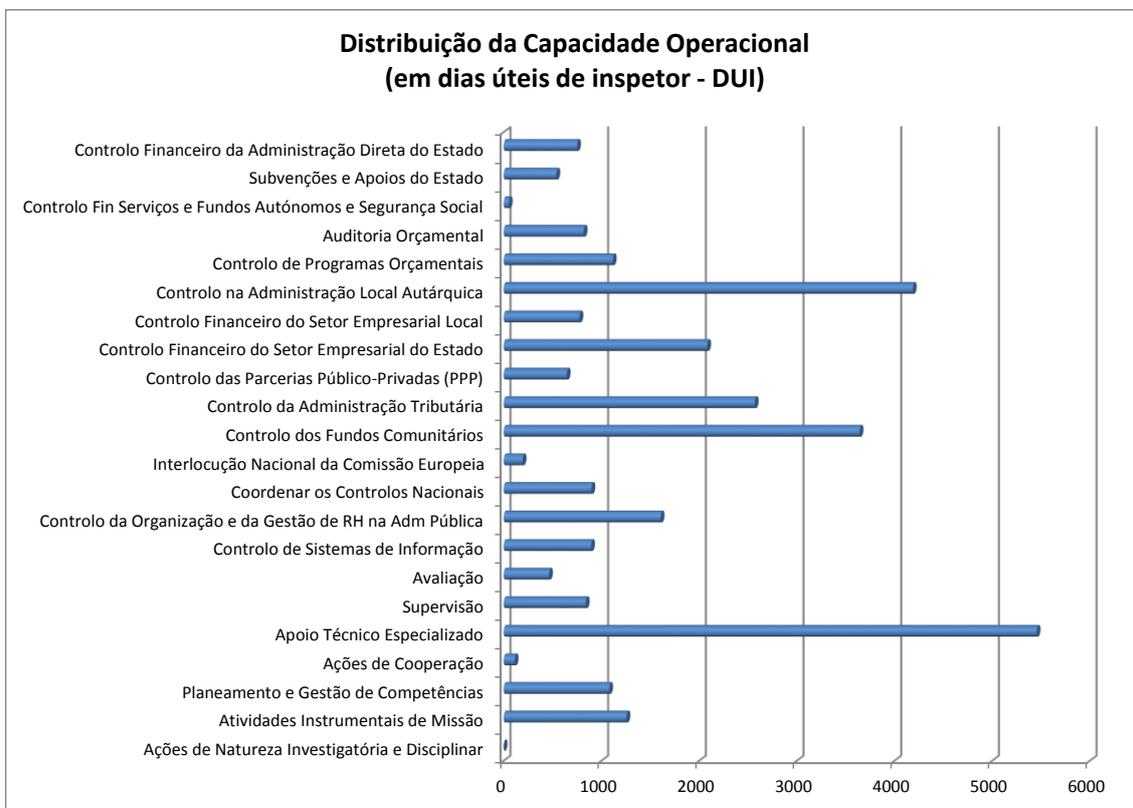
10. Regularização e recuperação de dívidas	0,00	6,16
11. Não cobrança de receitas devidas	4,85	0,14
Outros Resultados Quantitativos da Atividade (Milhões €)		
1. Poupanças futuras e outras	25,24	396,30
2. Outras despesas irregulares (não recuperáveis)	233,96	29,35
3. Valores em incumprimento da Unidade de Tesouraria	0,32	4,27
4. Não relevação contabilística de valores	45,91	9,50
Relação Resultados / Recursos Financeiros (na Atividade da IGF)		
1. Imposto em falta e coimas / Execução Orçamental da IGF	13,58	7,18
2. Outros valores recuperáveis / Execução Orçamental da IGF	20,36	31,96
3. Despesa irregular e poupanças/Exec Orçamental da IGF	29,23	45,58
4. Resultado / Execução Orçamental da IGF	63,17	84,73
Número de Ações Concluídas		
Ações de controlo	252	236
Ações de avaliação	4	7
Ações de apoio técnico especializado	235	169
Exames diversos	193	164
TOTAL de ações (controlo e outras)	684	576

c. Reforço da atividade em áreas relevantes para as políticas públicas

O reforço da atividade em áreas relevantes, de entre os vários domínios de intervenção da IGF, pode ser observado pela distribuição global do esforço de controlo e pela capacidade afeta a ações que envolveram mais recursos de inspeção no ano de 2014 como se mostra a seguir.

a. Distribuição da capacidade operacional por áreas relevantes

A afetação do pessoal inspetivo aos diversos domínios de intervenção medida em Dias Úteis Inspetor (DUI) foi a seguinte:



Tendo subjacente outra perspetiva de análise, a cultura organizacional da IGF, construída ao longo de quase 85 anos de existência, encontra-se muito enraizada em métodos e procedimentos específicos que associam o “saber ser” ao “saber fazer” dos inspetores e dirigentes.

A qualificação e competência requerida para o desempenho da missão da IGF, controlo estratégico e avaliação da Administração Financeira do Estado, exige que os seus outputs espelhem as representações de eficácia, eficiência e qualidade que caracterizam a produção desta Inspeção-Geral.

b. Ações que envolveram mais recursos de inspeção no ano

Destacamos as seguintes ações que envolveram mais recursos de inspeção:

Nome Ação	DUIs
Auditoria para certificação das contas do IFAP - exercício financeiro de 2013	783,5
Supervisão interna e sistemas de informação das SGPS e SGII	405
X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate - Pedido de auditoria	391,5
ENVC - Auditoria à Qualidade de Gestão desde 2002	264,5
CNSA - Apoio Jurídico	222
Auditoria às situações de acumulação de pensões da CGA com o exercício de funções públicas - Verificações cruzadas	219,5
Auditoria ao ISEL-âmbito previsional e estratégico no perímetro IPL	219,5
Avaliação da sustentabilidade do Instituto da Vinha e do Vinho	205,5
Avaliação do programa porta 65 - Arrendamento Jovem	202
Auditoria à tributação das empresas fornecedoras de bens e serviços a Hospitais	199
Auditoria ao sistema de controlo da atividade de comércio de ouro usado	199
Auditoria ao sistema de controlo e de contabilização das receitas tributárias administradas pela Administração Tributária	186
Auditoria à dívida em execução fiscal dos grandes devedores	184,5
Inspeção extraordinária ao M. Portimão e à empresa municipal Portimão URBIS	181
Auditoria ao sistema de controlo dos valores decl.Mod.40-IRC-instituições de crédito e sociedades financeiras	179,5
Estudos, informações, pareceres, denúncias e exposições na área da Administração Central Estado	178,5
Auditoria de gestão aos Serviços de Finanças	178
SIPART - gerir e manter a base de dados	175
Auditoria ao Sistema de Informação Contabilístico do CHLNorte (SAP)	168
Auditoria ao sistema de controlo dos contribuintes estratégicos da área de intervenção da DF de Lisboa	167
Auditoria ao Sistema de Controlo dos Entrepostos Fiscais	162
Cumprimento do art.º 67.º do RJAEI	161,5
Auditoria aos sistemas de controlo de benefícios fiscais de isenção tributária em sede de ISPE	158,5
Auditoria à Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas	158
Elaboração do programa de trabalho para o controlo da LCPA e preparação das ações	155,5
Auditoria temática aos sistemas de gestão e controlo do QREN - FEDER	155

Nome Ação	DUIs
Auditoria ao sistema de controlo das aquisições intracomunitárias de meios de transporte	153
Auditoria ao Serviço de Finanças Lisboa 2	153
Auditoria ao projeto CTH – Aquisição de Licenciamento (Alert P1)	138,5
Auditoria Interna nos hospitais EPE	137,5
Auditoria ao sistema de informação financeira e bancária utilizado pela AT	136,5
Controlo do endividamento e da situação financeira - Município de Ansião	136,5
Auditoria ao Cofre da Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado	134
Auditoria nos termos do nº4 do artº 62º da LEO - Instituto Nacional Medicina Legal Ciências Forenses	133,5
Cooperação com a IGF de Marrocos (projeto de geminação com França)	129
Auditoria ao Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	129
Análise ao Cálculo de compensações Tarifárias na área metropolitana de Lisboa.	128
Controlo do regime dos compromissos e dos pagamentos em atraso - Município de Figueira da Foz	126,5
Supervisão da atividade de controlo sobre operações do QREN - FEDER / Fundo de Coesão	124
Revisão das metodologias de controlo dos Fundos Agrícolas	123
Auditoria ao Município de Torres Vedras - Contratação Pública e Urbanismo	121,5
Auditoria ao cumprimento dos princípios e regras orçamentais - IFDR	118,5
Assessoria aos gabinetes do MF – FB	118
RAM-Pedidos de utilização do empréstimos M€ 1100-Juros moratórios	117,5
Subvenções públicas – recolha de dados e divulgação	117
Auditoria ao sistema de prescrição e conferência de faturação de MCDT	116
Exploração do sistema de informação de auditorias SiAudit	115
Auditoria ao sistema de controlo à aplicação do pro-rata do IVA	114,5
Cartografia de risco sectorial no SCI	114
Monitorização da obrigação de publicitação das subvenções públicas - Lei nº 64/2013 (2013)	113,5
Recolha de Dados sobre Vencimentos e Desempenho	113
Auditoria à Fundação ISCTE	111,5
Auditoria ao Município de Santiago do Cacém - Contratação Pública e Urbanismo	111
Programa anual de auditorias para 2014-Direção Regional de Agricultura e Pescas LVT	108
Auditoria ao sistema de emissão de certidões e certificações da situação dos SP	107
Controlo do endividamento e da situação financeira - Município de Espinho	104

Nome Ação	DUIs
Controlo do endividamento e da situação financeira - Município de Vizela	101
FCC-PTC - Serviços de telex e outros (exercícios de 2008 e 2009)	100,5
Auditoria a estabelecimentos de ensino superior – Instituto Politécnico do Porto	100

d. Participação dos dirigentes e trabalhadores na elaboração da autoavaliação da IGF

A elaboração da autoavaliação da IGF é parte integrante do processo de elaboração do Relatório de Atividades da IGF que é amplamente participado ao longo das seguintes etapas:

- Reunião inicial de dirigentes, onde são transmitidas pela Direção Superior, as orientações com base nos resultados de execução da atividade;
- Construção do relatório de atividades a partir da informação obtida nos diversos sistemas de informação de suporte ao controlo da atividade, validada pela Direção Intermédia;
- Reunião da Direção Superior para avaliação de conteúdos nos diversos componentes do Relatório de Atividades;
- Elaboração da Autoavaliação da IGF com base na versão final dos restantes documentos que sustentam o Relatório de Atividades.

Deste modo, a construção do documento de autoavaliação da IGF assenta num processo levado a cabo pela Direção Intermédia e Direção Superior com base nos dados residentes nos sistemas de suporte à gestão da atividade.

2. QUAR2014: Resultados Obtidos

A IGF tem como objetivos:

Estratégicos

Eficácia: Criar valor para o cliente contribuindo para a economia, eficiência e eficácia na obtenção das receitas e na realização das despesas públicas

Eficiência: Aumentar a produtividade através da otimização e valorização de recursos humanos

Qualidade: Apostar na qualidade dos produtos da IGF

Operacionais

Eficácia: Aumentar o esforço de controlo (1) e Criar valor para o cliente (2)

Eficiência: Incrementar a produtividade média nos produtos de controlo (3)

Qualidade: Alcançar uma qualidade média de referência (4)

a. Grau de cumprimento dos objetivos operacionais

A IGF concretizou todos os objetivos de eficácia, eficiência e qualidade a que se propôs junto da Ministra de Estado e das Finanças com um grau de realização global de 131%, apesar da saída de 10 trabalhadores durante o ano. Foram **superadas as metas** definidas em todos os indicadores com exceção do número 3 (número de ações de controlo e avaliação realizadas), como se pode observar no quadro seguinte:

Medição total do QUAR							131,00%	
EFICÁCIA (Ponderação 55%)							139,96%	
O1. Aumentar o esforço do controlo (70%)							134,72%	
Indicadores	Resultados de 2013	Meta para 2014	Resultados 2014	Valor crítico	Peso	Realização (ponto médio)	Realização (Nível Crítico)	
Ind 1. Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado em milhões de euros)	9,51%	7,00% - 9,00%	12,28%	10,80%	50%	153,56%	113,74%	
Ind 2. Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos (467))	6,64%	4,00% - 6,50%	6,85%	9,38%	25%	130,52%	96,68%	
Ind 3. Número de ações de controlo e avaliação realizadas	256	220 - 260	243	356	25%	101,25%	75,00%	
O2. Criar valor para o cliente (30%)							152,19%	
Indicadores	Resultados de 2013	Meta para 2014	Resultados 2014	Valor crítico	Peso	Realização (ponto médio)	Realização (Nível Crítico)	
Ind 4. Índice de Resultado [(40% Valor Financeiro)+(30% Conhecimento Gerado)+(30% Soluções Apresentadas)]	1544	970 - 1220	1666,5	1500	100%	152,19%	112,73%	
EFICIÊNCIA (Ponderação 25%)							130,21%	
O3. Incrementar a produtividade média nos produtos de controlo e avaliação (100%)							130,21%	
Indicadores	Resultados de 2013	Meta para 2014	Resultados 2014	Valor crítico	Peso	Realização (ponto médio)	Realização (Nível Crítico)	
Ind 5. Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspetor	1,44	1,00 - 1,35	1,53	1,75	100%	130,21%	96,45%	
QUALIDADE (Ponderação 20%)							107,36%	
O4. Alcançar uma qualidade de referência (100%)							107,36%	
Indicadores	Resultados de 2013	Meta para 2014	Resultados 2014	Valor crítico	Peso	Realização (ponto médio)	Realização (Nível Crítico)	
Ind 6. Total de pontos obtidos nas ações de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	7,62	7,51 - 7,59	7,7	9,49	50%	101,99%	75,55%	
Ind 7. Número de horas de qualificação e formação asseguradas	7920,5	6300 - 7100	7553	8875	50%	112,73%	83,50%	

b. Comparação com o ano anterior (evolução)

Indicadores	Tipo	Resultados em 2013	Resultados em 2014	Varição 2014 / 2013
Ind 1. Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado em milhões de euros)	Eficácia	9,51%	12,28%	2,77
Ind 2. Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos (467))		6,64%	6,85%	0,21
Ind 3. Número de ações de controlo e avaliação realizadas		256	243	-13
Ind 4. Índice de Resultado [(40% Valor Financeiro)+(30% Conhecimento Gerado)+(30% Soluções Apresentadas)]		1544	1666,5	123
Ind 5. Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspetor	Eficiência	1,44	1,53	0,09
Ind 6. Total de pontos obtidos nas ações de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	Qualidade	7,62	7,7	0,08
Ind 7. Número de horas de qualificação e formação asseguradas		7920,5	7553	-368

A evolução global dos resultados permite destacar os seguintes aspetos:

- Melhoria da **produtividade**, assinalada pela evolução do “Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspetor”³ de 1,44 para 1,53. Este rácio mostra, em média, quantas auditorias produz um inspetor por ano. Trata-se de um indicador com muito significado porque compara os trabalhos relevantes com todos os inspetores disponíveis no ano;
- A **eficácia** da ação da IGF não foi afetada pela saída dos 10 trabalhadores durante o ano. Este efeito aparece no número de auditorias realizadas (- 13) mas não afetou o Índice de Resultado, como se pode observar na medição da eficácia que atingiu 139,96%;

A análise do quadro comparativo de indicadores é apresentada na alínea seguinte, organizada por natureza dos mesmos.

³ A **Unidade Equivalente Inspetor** é o número médio de dias úteis anuais de um inspetor.

c. Comentários aos resultados do desempenho

Comentam-se a seguir os resultados do desempenho de 2014 com a situação de cada objetivo no final do ano, a proximidade do nível crítico de cada indicador e a comparação com o ano anterior.

1) Eficácia

Quanto ao *indicador 1 - Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado em M€)*, o intervalo de meta estimado, apesar de extremamente ambicioso, atento o seu referencial de análise - despesa corrente primária de M€ 67.873,4, conforme Relatório do Orçamento de Estado⁴, foi superado, com um grau de realização de 153,56% em relação ao ponto médio do intervalo da meta.

Este resultado deriva sobretudo da eficácia das ações desenvolvidas, reflexo das orientações operacionais seguidas no sentido do seu reforço, sem que seja possível estimar à partida nem o número nem o impacto do valor financeiro das correções/irregularidades que se venham a detetar, mas em que a análise de risco e a seletividade das ações com enfoque nos resultados constituem a aposta estratégica no plano das ações a desenvolver pela IGF.

Note-se que, relativamente ao ano anterior, este indicador teve uma evolução positiva de 2,77%, apesar do ciclo económico difícil subjacente e das fortes restrições orçamentais conhecidas.

Relativamente ao *indicador 2 - Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos (467))* – o correspondente objetivo teve um grau de realização de 130,52%, medido em relação ao ponto médio do intervalo de compromisso para o ano.

A variação positiva de 0,21% verificada, relativamente ao ano anterior, demonstra a redefinição de análise de risco e a alocação de recursos nestas áreas, em detrimento de outras de modo a compensar a redução de RH, procurando assim inverter, ainda que tenuamente, uma tendência regressiva que se vem sentido desde 2009 no número de serviços controlados em RH.

No que concerne ao *indicador 3 – Número de ações de controlo e avaliação realizadas*, o respetivo objetivo foi cumprido com 243 ações de controlo e avaliação realizadas, com um

⁴ Relatório do Orçamento do Estado para 2014, Fls. 90.

nível de realização de 101,25% medido em relação ao ponto médio do intervalo de compromisso para o ano.

Não obstante essa realização, o resultado deste indicador situa-se ao nível de 2009 (241 ações de controlo).

Comparativamente com o ano anterior, apresenta uma variação negativa de -13 ações de controlo, que se justifica pela saída de 10 trabalhadores da IGF, durante o ano.

Relativamente ao *indicador 4 – Índice de Resultado [(40% Valor Financeiro)+(30% Conhecimento Gerado)+(30% Soluções Apresentadas)]*, cujo objetivo tinha uma meta prevista no intervalo de 970 a 1220 pontos, foram alcançados 1 666,5 pontos, sendo assim o objetivo superado, com um nível de realização de 152,19%, medido em relação ao ponto médio do intervalo de compromisso para o ano.

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um incremento de 123 pontos, que se justifica, sobretudo, pelo êxito da criteriosa seleção das ações evidenciadas pelos elevados resultados financeiros alcançados e o elevado valor acrescentado, em termos de medidas propostas e de conhecimento gerado, para as entidades auditadas e para o cliente (Ministra das Finanças).

2) Eficiência

Relativamente ao *indicador 5 – Número de produtos de controlo/Unidade Equivalente Inspetor, verifica-se que o respetivo objetivo foi superado*. Este indicador significa que foram, em média, concluídos no ano (remetidos pela IGF para despacho) 1,53 produtos de controlo/avaliação por inspetor, aferido pela unidade de medida de 210 dias úteis/inspetor, superando-se a meta estabelecida no intervalo entre 1,0 e 1,35 produtos/inspetor. O nível de realização foi de 130,21%, medido em relação ao ponto médio do intervalo de compromisso para o ano.

Note-se que estes produtos de controlo e avaliação não incluem as simples verificações pontuais de muito curta duração e os processos de contraordenação instaurados às SGPS e que constituem uma fatia significativa da intervenção da IGF. Não se incluem também os produtos resultantes do apoio técnico e instrumentais à missão.

Relativamente ao ano anterior, verifica-se uma variação positiva de 0,09, que demonstra o esforço operacional da IGF no sentido da eficiência.

3) Qualidade

Relativamente ao *indicador 6 – Total de pontos obtidos nas ações de controlo / Número de produtos de controlo concluídos* – a meta estabelecida no intervalo de 7,51 a 7,59 foi

superada, com um resultado alcançado médio de 7,7 pontos, obtido através do sistema de aferição da qualidade adotado na IGF com uma escala de 0 a 10 pontos, e supervisionado pelo Comité de Qualidade da IGF.

Este resultado constitui um nível de realização de 101,99 relativamente ao ponto médio dos limites de compromisso, situando-se dentro dos parâmetros de alta exigência da qualidade dos produtos da IGF colocado pelo Comité de Qualidade na sua análise e sancionado pela Direção Superior da IGF.

Relativamente ao ano anterior, apresenta uma variação positiva de 0,08, o que evidencia a manutenção e estabilidade dos elevados padrões de qualidade exigidos pela IGF, bem como a sua gradual mas exigente progressiva melhoria.

Quanto ao *indicador 7 – Número de horas de qualificação e formação asseguradas*, a meta do respetivo objetivo foi superada, com um resultado de 7553 horas de formação, e um nível de realização de 112,73% relativamente ao ponto médio do intervalo de compromisso.

Foram executadas 34 ações de formação, havendo 720 participações em ações de formação e de autoformação. Concretizaram-se, em média, 44,96 horas de formação e autoformação por cada trabalhador da IGF, sendo certo que por razões que se prendem com a necessária redução de custos e com o aproveitamento do know-how dos inspetores da IGF, a parte da formação externa foi residual.

Relativamente ao ano anterior, apresenta uma variação negativa de 368 horas, o que encontra justificação na contenção orçamental conhecida.

d. Análise agregada de resultados

O resultado global do Quar2014 e dos respetivos objetivos operacionais foi positivo como se observa no quadro seguinte:

RESULTADO GLOBAL DO QUAR2014

Medição total do QUAR	131,00%
EFICÁCIA (Ponderação 55%)	139,96%
O1. Aumentar o esforço do controlo (70%)	134,72%
O2. Criar valor para o cliente (30%)	152,19%
EFICIÊNCIA (Ponderação 25%)	130,21%
O3. Incrementar a produtividade média nos produtos de controlo e avaliação (100%)	130,21%
QUALIDADE (Ponderação 20%)	107,36%
O4. Alcançar uma qualidade de referência (100%)	107,36%

Da aplicação das ponderações aos resultados de eficácia, eficiência e qualidade, resulta a medição global do nível de realização do QUAR de 131,00%.

A autoavaliação do desempenho demonstra um bom desempenho, com a superação de todos os três objetivos operacionais, com maior expressão relativa dos mais relevantes, os quais foram concebidos e aprovados numa base incremental e com um rigoroso grau de ambição das metas face ao histórico.

Bom desempenho sustentado também por uma evolução positiva e significativa nos resultados dos indicadores do QUAR com histórico em comparação com os resultados alcançados entre 2008 e 2014, como se observa no quadro evolutivo dos indicadores.

Observamos resultados históricos consistentes com o desempenho que tem vindo a ser demonstrado e com realizações incrementais obtidas através de ganhos de eficácia e qualidade.

Em 2014, à semelhança do verificado em anos anteriores, *as realizações da IGF são superiores às refletidas em termos de eficácia do QUAR*, o qual, com base em critérios objetivos e previamente definidos, não contempla toda a produção desenvolvida no domínio de Apoio Técnico Especializado à Tutela ou ações com consumo de DUIS com fraca expressão no contexto de ações de controlo, que representam um total de 326 ações.

3. Execução do QUAR previsto e condicionantes

A avaliação de desempenho da IGF deve ter em conta alguns condicionantes de natureza orgânica e de contexto, que embora tenham sido resolvidos tiveram efeitos nos resultados obtidos, nomeadamente, os constrangimentos associados ao grau de cobertura de controlo, o reajustamento da atividade prevista no plano face a solicitações dos membros do Governo ao longo do ano e outras causas de desvio ao plano de atividades.

a. Grau de cobertura de controlo

Da análise da evolução dos resultados da atividade da IGF, nos últimos seis anos, evidenciados no quadro seguinte, verifica-se uma consistência generalizada dos mesmos, fruto dos elevados padrões de qualidade e experiência do seu corpo inspetivo. Contudo, o grau de cobertura de controlo financeiro deve ainda ser incrementado de modo a assegurar a cobertura adequada do universo controlável. A IGF tem superado esta condicionante através da utilização de metodologias de análise de risco que lhe permitem utilizar os seus recursos em áreas selecionadas de maior risco, mas que importa aprofundar em termos da observância do princípio da suficiência de controlo em todas as áreas de risco a nível nacional.

Tipo	Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Eficácia	Ind 1. Cobertura do controlo financeiro (Universo controlado em milhões de euros)	n.a.	5%	11,76%	8,87%	9,03%	9,51%	12,28%
	Ind 2. Cobertura de serviços controlados em gestão de RH (N.º de serviços controlados/N.º total de serviços sujeitos (467))	n.a.	22,7%	13,49%	9,42%	9,64%	6,64%	6,85%
	Ind 3. Número de ações de controlo e avaliação realizadas	239	241	275	243	234	256	243
	Ind 4. Índice de Resultado [(40% Valor Financeiro)+(30% Conhecimento Gerado)+(30% Soluções Apresentadas)] em pontos	1195,24	1275,8	1902,8	1037	1480,4	1544	1666,5
Eficiência	Ind 5. Número de produtos de controlo / Unidade Equivalente Inspetor	1,58	1,48	1,82	1,67	1,33	1,44	1,53
Qualidade	Ind 6. Total de pontos obtidos nas ações de controlo / Número de produtos de controlo concluídos	6,93	7,45	7,59	7,58	7,59	7,62	7,7
	Ind 7. Número de horas de qualificação e formação asseguradas	n.a.	n.a.	n.a.	8883	10437	7920,5	7553

Os atrasos na obtenção da informação essencial à execução das ações, em especial nas de maior risco, constitui um dos constrangimentos que se repercute no grau de cumprimento dos calendários das ações.

Também o alargamento das atribuições da IGF e a saída, em grande número, de inspetores e de dirigentes altamente qualificados e experientes, não compensada pela reposição de recursos, tem constituído um fator crítico para assegurar a sustentabilidade da intervenção da IGF e a própria abrangência nacional que o exercício das suas atribuições exige.

Neste contexto, são de destacar os seguintes constrangimentos concretos:

- Saída da organização, em termos líquidos, de 10 trabalhadores no ano de 2014, que representam uma diminuição de 5,6% dos recursos humanos
- Dificuldade na reposição de recursos humanos, no imediato, dada a singularidade das funções que exigem maturidade e experiência.

b. Reajustamento da atividade por solicitação do Governo

Considerando que normalmente a IGF executa um grande número de ações solicitadas pelo Governo, não inicialmente previstas no seu plano de atividades, inevitavelmente surgem ao longo do ano desvios entre a atividade operacional planeada e a executada.

De entre essas ações com impacto na execução do plano de atividades da IGF, destacamos as seguintes:

- Enquadramento contabilístico da Fundação D. Luis I - Fundação pública de direito privado
- Propostas de nomeação e de fixação de remuneração de fiscais únicos de SFA/institutos públicos
- Regime financeiro e contabilístico aplicável à Fundação Robinson
- Proposta de alteração da Lei n.º 62/2007, de 10/set (RJIES)
- Análise do relatório de auditoria externa e relatórios anuais do FU do IPCA (2011 a mai/2013)
- Controlo da contribuição do Estado no âmbito do Programa E. Escola (FCM)
- Pedido do município de Elvas sobre a possibilidade de efetuar transferências para fundações em 2014
- Análise pedido de exceção à redução de apoios financeiros da CGD à Fundação Culturgest
- Proposta de normativo para aproveitamento de benefícios obtidos em viagens em serviço
- Análise ao relatório e contas de 2013 da FCCB
- Análise ao relatório e contas de 2013 da Fundação Casa da Música

- Projetos de DL de adequação dos estatutos das Fundações CCB, Museu do Douro e Côa Parque à LQF
- Avaliação das fundações IPSS - MSESS (SEAP)
- Projeto de DL que aprova o Código das Associações Mutualistas
- Análise dos documentos de prestação de contas de 2013 da ERSAR, IP
- Avaliação do cumprimento das obrigações sobre transferências de municípios para fundações-LOE2013
- Projeto de DL (aprova regime de determinação do preço anormalmente baixo e de liberação de cauções)
- Comissão de Reforma da Lei de Enquadramento Orçamental – representante da IGF
- Análise do relatório de auditoria externa à Universidade do Minho (out/2009 a out/2013)
- Projetos de DL Estatutos Fundações CCB, Museu do Douro e Côa Parque (nova versão)
- Análise sumária do relatório e contas de 2012 e plano de atividades e orçamento de 2014-Univ. Porto
- Proposta de Lei sobre disponibilização e utilização de plataformas eletrónicas contratação pública
- Projeto de DL que altera o Estatuto das IPSS
- Análise da resposta da ACT a recomendações de auditoria ao cumprimento da LCPA
- Controlo da contribuição do Estado no âmbito do Programa e.Escola - pedido de opinião técnica (SEAO)
- Auditoria à Direção-Geral do Território - LCPA (Despacho SEAO de 9/dez/2014)
- Inspeção extraordinária ao Município de Portimão e à empresa Portimão Urbis, EEM

c. Outras causas

Às incumbências extraplano de atividades referidas no ponto anterior e que concorrem para os desvios do planificado para 2014, crescem todas as participações, exposições e denúncias dos cidadãos, cuja complexidade e dimensão assumem uma aleatoriedade crescente na execução do plano da IGF, sendo difícil de estimar em números absolutos no momento de elaboração do plano.

Estas solicitações implicam um reajustamento permanente dos RH face às tarefas e atividades previstas executar e àquelas cujo risco, entretanto identificado, importa oportunamente acompanhar e controlar, prejudicando, necessariamente a desejável calendarização e concretização das ações previstas executar no plano de atividades.

Importa sublinhar que este é um circunstancialismo que não se verifica apenas em 2014 sendo uma constante ao longo dos anos e ao qual a IGF não pode deixar de se ajustar e de dar resposta.

Acrescem às circunstâncias referidas, os condicionalismos de planeamento inerentes ao facto de ser elevada a rotatividade de inspetores nos últimos anos. Esse também não é um facto novo. É constante o elevado número de inspetores da IGF (superior a 70) que se encontram em exercício de cargos de alta direção noutros serviços/organismos da Administração Pública ou organismos Internacionais. Também é relevante a rotatividade desses inspetores envolvendo um número significativo que regressam desses cargos para a IGF ou que desta se deslocam para o seu exercício nos diferentes serviços e organismos. A tanto cresceu, ainda que em menor número, a saída de RH para aposentação, o que, conjugado com aquela rotatividade origina interrupções e substituição de recursos nas auditorias em curso, com todas as dificuldades que tal origina no desenvolvimento e conclusão dos trabalhos.

São todos estes motivos que estão na base dos desvios na execução dos projetos que seguidamente enunciamos:

DESVIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS

<i>Tipo</i>	<i>Cod Prj</i>	<i>Projeto</i>	<i>DUS Insp Exec</i>	<i>DUS Insp PA</i>	<i>Desvio Insp (%)</i>	<i>Justificação de desvios</i>
C	2	Controlo orçamental - Art 62º da Lei do Enquadramento Orçamental e LCPA	899	1278	-29,66	Necessidade de reafetação prioritária de recursos humanos a outros projetos e saídas por motivo de aposentação
C	10	Coordenação com a Comissão Europeia	194,5	190	2,37	
C	12	Controlo Fundos Estruturais - Autoridade de Auditoria 2007-2013	2232,5	1632	36,73	O atraso no lançamento do período de programação 2014-2020 (projeto 194) permitiu libertar recursos para antecipar e aprofundar as auditorias preparatórias do encerramento do período 2007-2013 (projeto 12), para além de terem surgido áreas de risco não previstas e que foi necessário mitigar.
C	20	Controlo da intervenção da administração tributária e avaliação da competitividade e justiça do sistema tributário	596	978	-39,06	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	26	Controlo da sustentabilidade da atividade empresarial local e das participações locais e dos interesses patrimoniais dos gestores	776,5	819	-5,19	

Tipo	Cod Prj	Projeto	DUS Insp Exec	DUS Insp PA	Desvio Insp (%)	Justificação de desvios
C	31	Controlo de grupos empresariais públicos e de grandes projetos públicos	509,5	470	8,40	
C	35	Controlo financeiro das PPP e outros contratos de concessão da área do SEE	646,5	1003	-35,54	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	39	Controlo dos sistemas de combate ao incumprimento, fraude e evasão tributários	1189	1170	1,62	
C	54	Controlo e avaliação do desempenho operacional dos serviços e organismos da Administração Tributária	786	979	-19,71	
C	57	Controlo e avaliação da Despesa em Tecnologias e Sistemas de Informação da AP	895,5	1190	-24,75	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	70	Ação investigatória e disciplinar e tratamento de queixas, participações e denúncias à IGF	0	10	-100,00	Não houve pedidos de intervenção disciplinar
C	74	Controlo financeiro dos auxílios públicos - Administração Central do Estado	233,5	496	-52,92	Desvios de recursos para outros projetos (189 e 156) e diminuição de inspetores
C	88	Controlo financeiro da Administração Central do Estado em domínios transversais	820	1621	-49,41	Desvios de recursos para outros projetos (189 e 156) e diminuição de inspetores
C	92	Controlo da sustentabilidade do SEE	76,5	470	-83,72	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	109	Controlo de áreas críticas da receita e despesa autárquica	4	0	NA	
C	137	Controlo do FEAGA e FEADER - Organismo de Certificação	1035	983	5,29	
C	152	Controlo das indemnizações compensatórias concedidas para a prestação de SIG/SIEG e de outros apoios financeiros	602,5	471	27,92	Realização de uma ação não prevista, solicitada pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro.
C	154	Pareceres às contas e outros controlos específicos relativos a entidades de natureza empresarial	566	561	0,89	
C	157	Redução da despesa em áreas sociais - Administração Central do Estado	209	640	-67,34	Necessidade de reafetação prioritária de recursos humanos a outros projetos e saída dum recurso humano para exercício de funções fora da IGF
C	159	Controlo da Gestão e da Racionalização dos Recursos Humanos das Administrações Públicas	623,5	753	-17,20	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos

<i>Tipo</i>	<i>Cod Prj</i>	<i>Projeto</i>	<i>DUS Insp Exec</i>	<i>DUS Insp PA</i>	<i>Desvio Insp (%)</i>	<i>Justificação de desvios</i>
C	169	Controlo da aplicação das orientações estratégicas para as EP	329,5	476	-30,78	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	170	Controlo do sistema remuneratório dos efetivos da Administração Central do Estado	406	310	30,97	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis neste projeto
C	172	Tutela das AL e entidades equiparadas	133	0	NA	Houve necessidade de reformular alguns relatórios de inspeções transitados da ex-IGAL.
C	173	Controlo do Urbanismo na Administração Local Autárquica - Lisboa e Sul	536,5	925	-42,00	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	175	Acompanhamento do sistema de controlo de compromissos e pagamentos em atraso	217	159	36,48	Realização de várias ações não previstas, na sequência de pedidos dos Gabinetes, em conjugação com a não realização de outras ações (face à afetação de recursos para as ações solicitadas).
C	177	Monitorização do programa de ajustamento económico financeiro da Região Autónoma da Madeira	675,5	675	0,07	
C	178	Acompanhamento do memorando de entendimento com a Região Autónoma dos Açores	5	130	-96,15	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	180	Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica - Norte e Centro	1122,5	890	26,12	
C	181	Controlo da execução do PAEL	220	1480	-85,14	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	182	Controlo do endividamento e da situação financeira na Administração Local Autárquica - Lisboa e Sul	683,5	590	15,85	
C	183	Controlo dos recursos humanos na Administração Local Autárquica - Lisboa e Sul	327,5	707	-53,68	Este desvio negativo, em conjunto com o verificado nos projetos 173 e 186, está justificado em grande medida pelo desvio positivo verificado nos projetos 172 e 179.
C	184	Controlo dos recursos humanos na Administração Local Autárquica - Norte e Centro	250,5	720	-65,21	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	185	Controlo do Urbanismo na Administração Local Autárquica - Norte e Centro	439	730	-39,86	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos

<i>Tipo</i>	<i>Cod Prj</i>	<i>Projeto</i>	<i>DUS Insp Exec</i>	<i>DUS Insp PA</i>	<i>Desvio Insp (%)</i>	<i>Justificação de desvios</i>
C	186	Controlo da Contratação Pública na Administração Local Autárquica - Lisboa e Sul	911	1176	-22,53	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	187	Controlo da Contratação Pública na Administração Local Autárquica - Norte e Centro	492	730	-32,60	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	189	Controlo financeiro das fundações (LQF - Lei nº 24/2012, de 9/jul)	540	425	27,06	Pedidos extra do Gabinete do SEAP.
C	194	Controlo Fundos Estruturais - Autoridade de Auditoria 2014-2020	226	738	-69,38	O atraso no lançamento do período de programação 2014-2020 (projeto 194) inviabilizou a realização de diversas auditorias que estavam previstas. Os recursos não utilizados neste projeto permitiram reforçar o projeto 12.
C	195	Controlo das Entidades Associativas Intermunicipais	0	45	-100,00	
C	196	Controlo das Freguesias	0,5	45	-98,89	Afetação de recursos a tarefas inadiáveis noutros projetos
C	197	Intervenções em áreas de risco - Administração Central do Estado	309,5	520	-40,48	Necessidade de reafetação prioritária de recursos humanos a outros projetos
SPV	33	Supervisão e controlo tributário das SGPS e SGII	841	936	-10,15	
AV	134	Avaliação das intervenções e entidades públicas - value for money, qualidade e pertinência	458	325	40,92	Recurso vindo de outro projeto
ATE	116	Apoio Técnico Especializado - Participações em Júris, Comissões, Grupos de Trabalho e Outros	3	0	NA	
ATE	117	Apoio Técnico Especializado – Conselho Coordenador do SCI (Presidente)	218,5	5	4270,00	
ATE	118	Apoio Técnico Especializado - Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços	0	10	-100,00	
ATE	119	Apoio Técnico Especializado - Fundos Comunitários	72	229	-68,56	
ATE	120	Apoio Técnico Especializado - Outros apoios	5	0	NA	
ATE	122	Apoio técnico especializado - Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria	282	75	276,00	
ATE	140	Apoio Técnico Especializado - Conselho de Prevenção da Corrupção	16,5	60	-72,50	

Tipo	Cod Prj	Projeto	DUS Insp Exec	DUS Insp PA	Desvio Insp (%)	Justificação de desvios
ATE	142	Apoio Técnico especializado – Recursos Humanos da AP	0,5	130	-99,62	
ATE	153	Apoio técnico especializado no domínio tributário	43	36	19,44	
ATE	156	Apoio Técnico Especializado - Administração Central do Estado	301	95	216,84	
ATE	158	Apoio Técnico Especializado - Autárquico	17	0	NA	
ATE	161	Apoio Técnico Especializado - Tecnologias de Informação	178	30	493,33	
ATE	162	Apoio Técnico Especializado - Proteção dos Interesses Financeiros da EU	151	163	-7,36	
ATE	163	Apoio técnico Especializado - Sector Empresarial do Estado	1291,5	696	85,56	
ATE	164	Apoio Técnico especializado – SEL e gestores locais	158,5	61	159,84	
ATE	165	Apoio Técnico Especializado no domínio da Avaliação	6,5	40	-83,75	
ATE	166	Apoio Técnico Especializado - Jurídico	22	216	-89,81	
ATE	168	Apoio Técnico Especializado - Gabinete do Inspetor-Geral de Finanças	333,5	100	233,50	
ATE	179	Apoio Técnico Especializado - Tutela Administrativa das Autarquias Locais	2047,5	1386	47,73	
ATE	192	Criação das bases institucionais para a sustentabilidade das finanças públicas	0	10	-100,00	
ATE	193	Apoio Técnico Especializado – CNC e Comité de Normalização Contabilístico Público	36,5	50	-27,00	
ATE	199	Apoio Técnico Especializado - Autarquias (Norte e Centro)	96	0	NA	
ATE	200	Apoio Técnico Especializado - Autarquias (Aspetos Financeiros)	160,5	0	NA	
ATE	201	Apoio Técnico Especializado - ACE (Assuntos Económico-financeiros e outros)	53	0	NA	
COO	64	Cooperação e relações institucionais	113,5	39	191,03	
COO	171	Cooperação e apoio técnico especializado na UE e países limítrofes	41	30	36,67	
AIM	60	Gestão de Conhecimento - Desenvolvimento de Capital Humano	1081	70	1444,29	
AIM	61	Planeamento, relato e avaliação de desempenho	457,5	722	-36,63	
AIM	62	Prospetiva, Inovação, Boas práticas e "intelligence"	322,5	144	123,96	
AIM	99	Gestão de bases de dados de suporte à atividade de controlo	158,5	0	NA	

<i>Tipo</i>	<i>Cod Prj</i>	<i>Projeto</i>	<i>DUS Insp Exec</i>	<i>DUS Insp PA</i>	<i>Desvio Insp (%)</i>	<i>Justificação de desvios</i>
AIM	99	Gestão de bases de dados de suporte à atividade de controlo	83	0	NA	
AIM	121	Sistemas e Tecnologias de Informação da IGF	319,5	345	-7,39	
AIM	198	<i>Compliance</i>	0	210	-100,00	
OGI	65	Organização e Gestão Internas	510,5	210	143,10	

NOTAS:

- Os projetos 70, 118, 192, 195 e 198, com zero DUI (Dias Úteis de Inspeção) executados estão relacionados com adiamento de execução ou reajustamento de ações prioritárias a executar;*
- Os projetos nºs 198 a 201 são novos, foram criados em 2014 e por isso não têm previsão no plano para esse ano;*
- O tempo aplicado em projetos de Apoio Técnico Especializado depende das solicitações do Governo, sendo de difícil planeamento.*

4. Evolução e Controlo de Recursos

A IGF propôs-se atingir os resultados identificados no QUAR tendo como pressupostos de gestão a disponibilidade estimada de **178** recursos humanos (RH) e € **11.092.119** de recursos financeiros, o que não se veio a verificar.

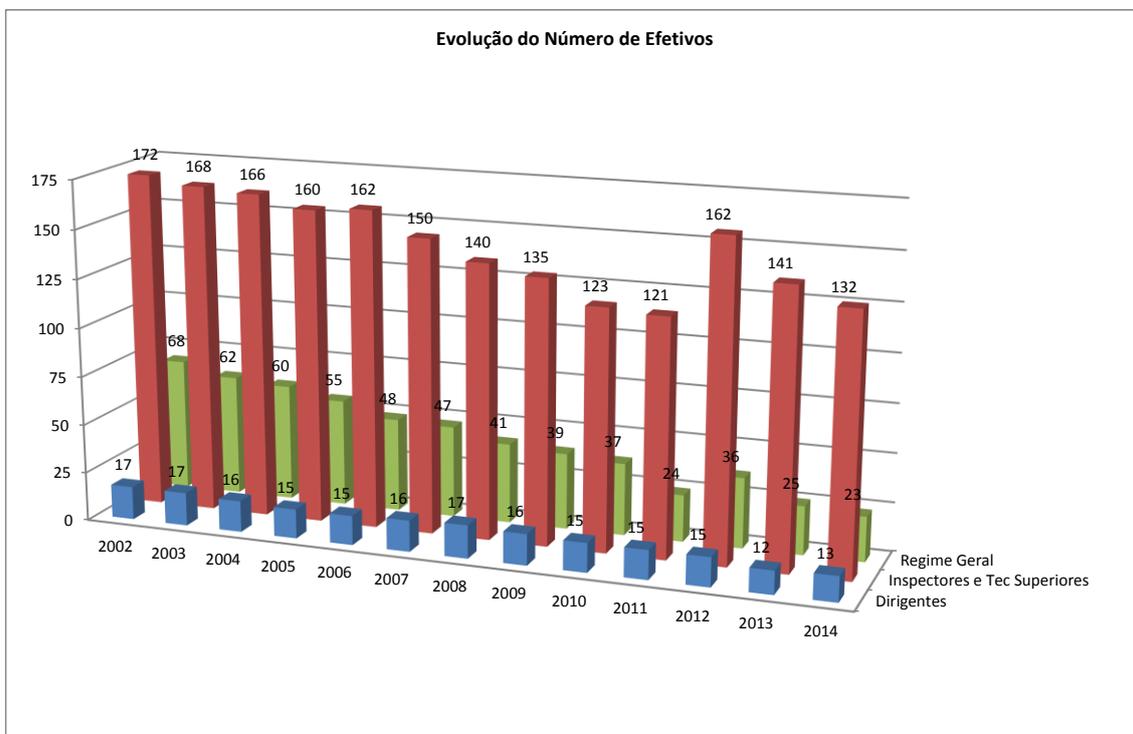
a. Evolução nos Recursos humanos

A capacidade de recursos humanos existente em 2014 foi inferior à prevista, como se observa no mapa seguinte:

CAPACIDADE EM RH PREVISTA E EXISTENTE EM 2014

COD	Recursos Humanos	Pontuação Unitária	QT RH prevista para 2014	Pontuação Global Prev 2014	QT RH existente 31dez 2014	Pontuação Global em 2014
DS	Dirigentes - Direção superior	20	3	60	3	60
DI	Dirigentes - Direção intermédia	16	9	144	10	160
IF/CdE/TS	Inspetores e Técnicos Superiores	12-16	141	1808	132	1692
INF	Informática	9	3	27	3	27
CT	Coordenador Técnico	9	1	9	1	9
AT	Assistente Técnico	8	15	120	12	96
AO	Assistente Operacional	5	6	30	7	35
	Totais		178	2198	168	2079
	Diferença (Previsto-Real)				-10	-119

Entre a capacidade planeada e a disponível (em 31 de dezembro de 2014) existe uma diferença de 119 pontos, em resultado da diferença negativa entre ingressos e saídas.



Apesar da redução do orçamento de funcionamento, o custo global do dia útil de inspeção, considerando o orçamento de funcionamento executado, teve um aumento ligeiro passando de 289,09€ em 2013 para 303,14€ em 2014.

CUSTOS UNITÁRIOS EM DIA ÚTIL DE INSPEÇÃO

Descrição	2013	2014
Execução orçamental de funcionamento (A)	10 306 137 €	9 636 573€
DUI Reais disponíveis no ano (B)	35 650	31 789
CGDUI (A/B)	289,09 €	303,14 €

À redução do número de efetivos acresce que o absentismo representou 1581 dias de ausência, correspondendo, na sua maioria, a faltas por motivo de doença do próprio ou de familiar.

Comparando o absentismo verificado em 2013 (1642 dias) com 2014 (1581 dias), observamos um decréscimo de 61 dias, o que representa uma evolução de 4,4% para 4,8%, considerando que o número de efetivos reduziu em 10 unidades de um ano para o outro.

Por outro lado, a qualificação dos RH implicou em 2014 um total de 7553 horas, contemplando 1858,5 horas de autoformação e 5694,5 horas de formação. O rácio de horas por RH traduziu-se numa diminuição, passando de 54 horas em 2013 para 45 em 2014.

b. Evolução nos Recursos Financeiros

Como referido, a IGF estimou executar os objetivos, ao longo de 2014, com um orçamento de funcionamento inicial no montante aproximado de M€ 11,1, €10.526,236 vindo a gastar apenas M€ 9,9. No entanto, houve necessidade de reforço orçamental através de um crédito especial no montante de €555.336 ao nível da rubrica de aquisições de bens e serviços para o pagamento da renda das instalações da IGF do ano de 2014, pelo que a dotação corrigida passou a ser de €11.061.443, situando-se a taxa de realização global em 89,41%.

Se considerarmos a dotação inicial, sem considerar aquele reforço, ainda assim, a execução orçamental (€9.890,289) situa-se em 93% dessa dotação.

A gestão financeira deste orçamento foi, durante o ano de 2014, assegurada pela Secretária-Geral do Ministério das Finanças.

ORÇAMENTO PREVISTO, CORRIGIDO E EXECUTADO EM 2014

<i>Orçamento de funcionamento:</i>	<i>Orçamento aprovado para 2014</i>	<i>Dotação corrigida para 2014</i>	<i>Execução</i>	<i>Realização (%)</i>
Agrup. 01 - Despesas com o pessoal	9.173.466	9.173.466	8.664.914	94,50
Agrup. 02.01 e 02.02 - Aquisição de bens e serviços	749.100	1.304.436	924.622	70,88
Agrup. 04 – Transferências	18.190	18.190	13.343	73,35
Agrup. 07 - Despesas de capital	64.074	64.074	33.694	52,59
Orçamento de investimento (1):	521.406	501.277	253.716	50,61
Total	10.526.236	11.061.443	9.890.289	89,41

Obs: (1) Detalhe do orçamento de investimento por medida/projeto no mapa 2

As verbas do orçamento de investimento da IGF tiveram origem no financiamento nacional proveniente de receitas gerais do Estado e no financiamento comunitário proveniente de fundos europeus.

2. MAPA DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO POR MEDIDA/PROJETO (€)

Designação dos Projetos		Dotação inicial	Dotação corrigida	Execução	Realização (%)
MEDIDA 001		106.358	86.229	57.512	66,70%
Projeto 3018	Racionalização das infraestruturas informáticas, de comunicação e segurança da IGF	69.603	69.603	52.660	75,66%
Projeto 4054	Conservação das instalações e respetivo equipamento	10.000	0	0	0,00%
Projeto 9280	PRODER-AT no âmbito do QREN/FEADER - proj. apoio	26.755	16.626	4.852	29,18%
MEDIDA 065		415.048	415.048	196.204	47,27%
Projeto 5791	Assistência Técnica ao PO Espaço Atlântico	60.108	60.108	55.676	92,63%
Projeto 9277	POAT-AT no âmbito do QREN/FSE	101.537	101.537	51.465	50,69%
Projeto 9276	POAT-AT no âmbito do QREN/FEDER	157.735	157.735	66.470	42,14%
Projeto 9289 (1)	POPH - Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central	10.009	10.009	0	0,00%
Projeto 9278	PRODER-AT no âmbito do QREN/FEADER	85.659	85.659	22.593	26,38%
		521.406	501.277	253.716	50,61%

Obs: (1) No ano de 2014 não foram abertas candidaturas para o projeto

O financiamento nacional com uma taxa de execução de 66,70%, teve como objetivo principal suportar as despesas com a aquisição de equipamento e software informático.

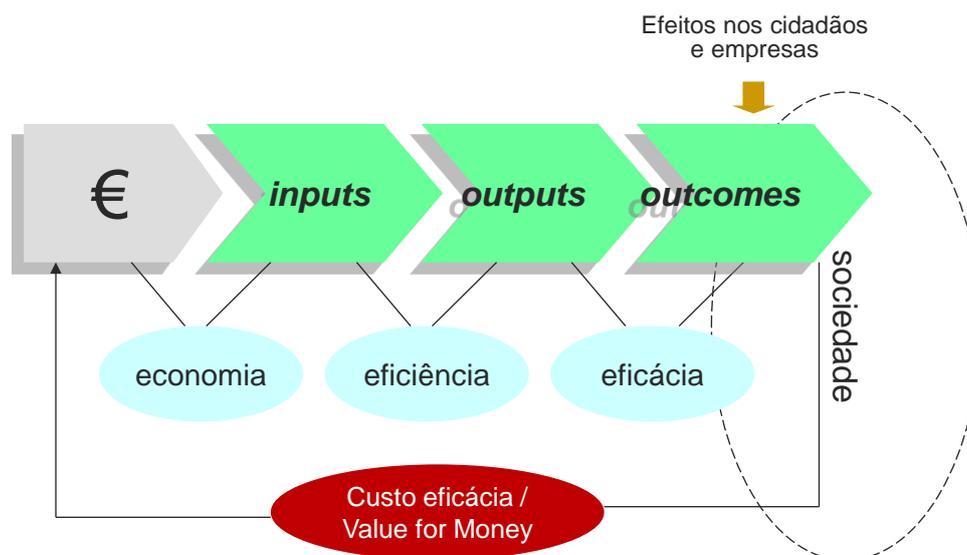
Enquanto os pagamentos no montante de €196.204, de financiamento nacional e comunitário proveniente de projetos comunitários, com uma taxa de execução de 47,27%, serviu essencialmente para suportar as despesas da IGF enquanto entidade pública responsável pelo controlo estratégico em Portugal, no exercício das funções de Autoridade de Auditoria do QREN/QEC e de certificação de contas no âmbito do PRODER.

O baixo nível de execução financeira em 2014 resultou da contenção na realização de despesa pública que condicionou o normal funcionamento dos projetos, impedindo o cumprimento das metas e dos objetivos planeados.

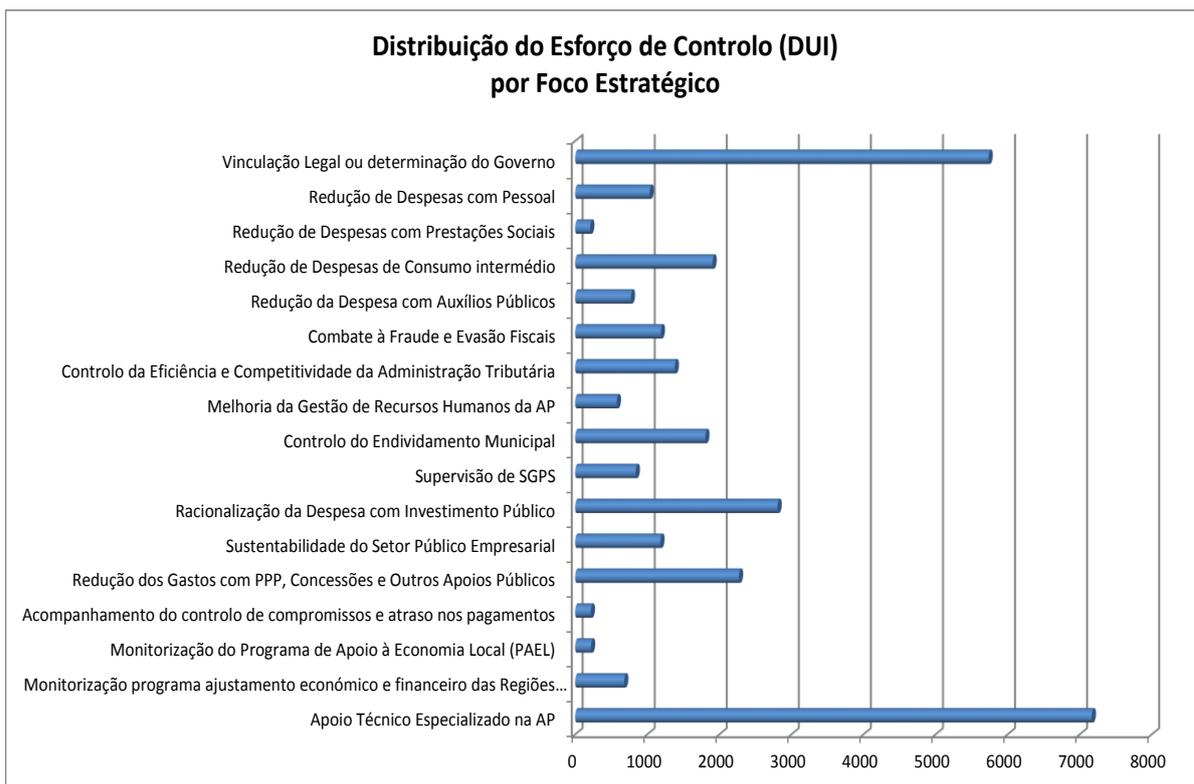
Apesar deste constrangimento, a execução do orçamento de investimento totalizou €253.716, com um grau de realização global de 51%, face à dotação corrigida.

5. Impacto na Sociedade (contributo da IGF para a prossecução das políticas públicas)

A atividade operacional da IGF está visivelmente orientada pela intenção de contribuir para a prossecução das políticas públicas que se relacionam com as suas atribuições orgânicas, designadamente as que pretendem resolver os problemas do défice e da dívida pública através da economia de recursos, da eficiência dos serviços e da eficácia dos resultados:



Com efeito, o impacto na Sociedade é visível através dos resultados testemunhados pelos utilizadores dos produtos da IGF e evidenciados nos documentos que dão forma ao Relatório de Atividades, organizado em torno dos seguintes focos estratégicos de afetação relativa de recursos ao longo do ano:



Outra forma de medir a utilidade social da IGF pode ser a sua popularidade junto dos cidadãos e empresas, por exemplo o número de queixas, visando outras entidades ou cidadãos, recebidas através dos diversos canais de comunicação postos à disposição pela IGF para este efeito (papel, eMail e Web) tem vindo a aumentar nos últimos anos:

Designação	2013	2014	Evolução 2014/2013
	Nº registos	Nº registos	
Queixas recebidas, com origem em diversas entidades	2.150	3.006	140%

6. Apreciação da quantidade e qualidade pelos utilizadores

A IGF está em desvantagem relativamente a outros serviços do Ministério das Finanças na apreciação da quantidade e qualidade dos seus produtos pelos utilizadores, especialmente porque ninguém gosta de ser alvo de iniciativas de controlo. As entidades objeto da nossa atividade tenderão a questionar o trabalho efetuado.

Ainda assim, há sinais abundantes de satisfação dos membros do Governo e de outros destinatários (entidades auditadas) relativamente aos produtos da intervenção da IGF, que se manifestaram de múltiplas formas, das quais destacamos as seguintes:

a. Portugal é um dos Estados «com Melhor Reputação na Execução e Controle dos Fundos Europeus»

Fonte: <http://www.portugal.gov.pt>, - 2014-02-18 Às 12:53

“... Portugal é um dos Estados «com melhor reputação na execução e controle dos fundos europeus», afirmou o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro na conferência organizada pelo The Economist, intitulada «As perspetivas para o crescimento económico e reformas», em Cascais, acrescentando que o País «nunca teve de devolver fundos».

“... Somos um dos dois únicos Estados Europeus que beneficia de um contrato de confiança da União Europeia”

Nota: A Inspeção-Geral de Finanças é a primeira Autoridade de Auditoria a beneficiar do contrato de confiança em todos os Programas Operacionais dos Fundos Estruturais.

b. Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso refere contrato de confiança em matéria de auditoria dos fundos europeus como um dos pontos fortes de Portugal na União Europeia

Na Conferência "Portugal: Rumo ao crescimento e emprego. Fundos e Programas Europeus: solidariedade ao serviço da economia portuguesa", organizada pela Comissão Europeia, e que decorreu na Fundação Gulbenkian em Lisboa, na presença dos Senhores Presidente da República, Primeiro-Ministro, Membros do Governo e oito membros da Comissão Europeia, o Presidente da Comissão sublinhou na sua intervenção que Portugal é um dos dois únicos Estados-membros que dispõe de um contrato de confiança com a Comissão Europeia em matéria de auditoria de fundos europeus e que este contrato constitui um dos pontos fortes de Portugal na União Europeia.

O contrato de confiança foi celebrado entre a IGF e a Comissão Europeia na sequência da segunda avaliação externa efetuada pela Comissão às Autoridades de Auditoria dos 28 Estados-membros.

Na primeira avaliação a IGF também havia obtido o contrato com dois outros Estados-membros, sendo a única Autoridade de Auditoria em toda a UE que obteve o contrato de confiança nas duas avaliações consecutivas.

**c. União Europeia/Brasil - Controladoria-Geral da União
(ODP/DIE/CGU)**

From: Rodrigo Peres Ferreira [<mailto:rodrigo.p.ferreira@cgu.gov.br>]
Sent: quinta-feira, 25 de Setembro de 2014 19:14
To: Carlos Fernando Calhau Trigacheiro
Cc: Jose Antonio Viegas Ribeiro; Mario Rui Tavares da Silva; Luis Manuel de Oliveira Metelo;
Leonardo Jorge Sales; Gilson Liborio de Oliveira Mendes
Subject: RES: [IGF-ARACHNE] Projeto Diálogos Setoriais: União Europeia/Brasil

Prezados Dr. Carlos Trigacheiro,
Diretor da Inspeção-Geral de Finanças (IGF),

Gostaríamos de agradecer muitíssimo pela excelente recepção que tivemos em nossa reunião sobre o uso do Arachne, no dia 17/09, na sede da IGF.

Encaminhamos em anexo uma apresentação sobre o Observatório da Despesa Pública da Controladoria-Geral da União (ODP/DIE/CGU), focada no monitoramento de compras públicas.

Reiterando nossa inteira disposição para contatos futuros no Brasil, enviamos-lhes nossos melhores cumprimentos.

Respeitosamente,

Rodrigo Peres Ferreira
Observatório da Despesa Pública – ODP
Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas - DIE
Controladoria Geral da União - CGU
+55 61 2020 6816

Leonardo Jorge Sales
Observatório da Despesa Pública – ODP
Diretoria de Pesquisas e Informações Estratégicas - DIE
Controladoria Geral da União - CGU
+55 61 2020 7393

Gilson Libório de O. Mendes
Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas - DIE
Controladoria Geral da União - CGU

d. Comissão Europeia - apuramento das contas anuais do IFAP

From: Evelina.MARINOVA@ec.europa.eu

Sent: segunda-feira, 17 de Março de 2014 09:39

To: Jose Antonio Viegas Ribeiro

Cc: Inspeção-Geral de Finanças; Carlos Fernando Calhau Trigacheiro; Teresa Curto Silva

Subject: RE: PT03-Clearance of accounts FY2013_IFAP - Processo nº 2014/137/N2/490

Estimados colegas,

Obrigada pela útil informação. Também queria usar esta oportunidade de vos agradecer pelo todo o vosso trabalho e dedicação durante este apuramento das contas anuais do IFAP para o ano 2013.

Uma boa semana a todos

EVELINA MARINOVA

External auditor



European Commission

DG Agriculture and Rural Development

Unit J.5 – Financial audit

e. Cooperação no projeto de jumelage IGF França/IGF Portugal e IGF Marrocos.

From: eric jausset [<mailto:jausset@igf.finances.gov.ma>]

Sent: sexta-feira, 26 de Setembro de 2014 16:33

To: eric jausset; Ana Fernandes; BEHEM Franck (formation); BERNARD Jean-Louis (75); Claude Brechard; BROTONS Adrienne; David BRUSSELLE; CAUSSE Beatrice; CHOUVELON Emmanuelle (75); Maria de Fatima Duarte Coelho; Raphael Contamin; DALLE Jean-Pierre IGA; DE ALMEIDA Fernando (95); DELTOUR-BECQ Laure; Alain DORISON; DUBOIS-FERNANDES Virginie (75) (virginie.dubois-fernandes@dgfip.finances.gouv.fr); pierre.duffe@noos.fr; GUILLARME Françoise (75); HAUTIER Alban; veronique.hespel@igf.finances.gouv.fr; IENTILE Damien; JOCHUM Jean-Pierre; Philippe JURGENSEN; LAJOURMARD Daniele; LECHEVALIER George; benjamin.lefort@dgfip.finances.gouv.fr; LEGLISE Marie-Christine (75); Marlene Fernandes; MAURIZOT Michel (75); MEISSIMILLY Annelise (75); Luis Manuel de Oliveira Metelo; NACIRI Selma; Jose Antonio Magalhaes Oliveira

Cc: Maria Isabel Castela Silva; GISSLER Eric; José Maria Teixeira Leite Martins; Meryem Bettich

Subject: Fin du jumelage - au revoir et un grand merci

*Pour des raisons de messagerie, je suis obligé de scinder ma liste de destinataires
Je vous renvoie donc mon message :*

Bonjour,

Comme vous le savez, le jumelage avec l'IGF du Royaume du Maroc s'est clos par le séminaire de clôture du 23 septembre 2014.

Ce jumelage a été, de l'avis de tous, un franc succès. Toutes les activités ont été réalisées, dans un délai très rapide (21 mois).

Monsieur l'Inspecteur général des finances du Royaume du Maroc, et tous les inspecteurs des finances, ont loué la qualité des relations, des travaux et des productions qui ont été réalisées.

...

Je voulais donc encore une fois vous remercier pour l'investissement considérable que vous avez consenti sur ce jumelage, ce qui a sans nul doute contribué à son succès. De même je vous remercie pour les grandes qualités humaines dont vous avez fait preuve tout au long de ces deux années qui nous ont permis de travailler dans d'excellentes conditions, tant professionnelles que relationnelles.

Encore une fois un grand merci.

Cordialement

Eric JAUSSET ; Conseiller Résident de Jumelage auprès de l'IGF du Maroc "Renforcement des capacités institutionnelles, organisationnelles et professionnelles de l'Inspection Générale des Finances"

INSPECTION GENERALE DES FINANCES

Boulevard Mohammed V - Quartier des Ministères - Chellah RABAT - MAROC
Tel : +212 (0)537.67.75.58 - Tel portable : +212 (0)653.85.89.16 Fax :
+212 (0)537.67.75.29 E-mail : jausset@igf.finances.gov.ma

f. Finanças detetam irregularidades de 26 milhões nas despesas com trabalhadores do Estado (Raquel Martins e Raquel Almeida Correia – Jornal Público - 03/07/2014 - 07:36)



“... A Inspeção-Geral de Finanças (IGF) detetou irregularidades no valor de 25,8 milhões de euros no pagamento de salários, suplementos, trabalho extraordinário e outros benefícios a trabalhadores de serviços e organismos da administração central que foram alvo de oito auditorias durante o ano passado. Estes dados fazem parte dos documentos que acompanham a Conta Geral do Estado de 2013, ontem divulgada.

Entre as irregularidades identificadas, o montante mais significativo está relacionado com a atualização do suplemento por serviço das forças de segurança que representou um pagamento em excesso que rondou os 13,6 milhões de euros. Já os pagamentos em excesso de suplementos remuneratórios “que não eram devolvidos ou que excederam os limites legais”, ascenderam aos quatro milhões de euros em duas entidades auditadas...”

g. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento - FAM

From: Helder Reis [<mailto:helder.reis@mf.gov.pt>]
Sent: sexta-feira, 29 de Agosto de 2014 18:19
To: teresa.costa@dgtf.pt; nelson.santos@dgtf.pt; Alexandre Virgilio Amado; Carla Maria Libânio
Cc: Jaime Pereira Alves; elsa.santos@dgtf.pt; Maria Isabel Castelao Silva
Subject: FAM - Agradecimento

Muito boa tarde

Após um longo processo, esta semana foi publicada a Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto. Com a publicação da lei termina uma fase do processo de recuperação financeira dos municípios.

Durante a preparação deste diploma, contei com o vosso profissionalismo, saber e dedicação o que permitiu que este processo tivesse chegado ao fim com sucesso e merecedora do reconhecimento do vosso extraordinário trabalho.

Deste modo, hoje apenas vos escrevo para deixar aqui registado a minha gratidão pelo trabalho que realizaram e que nos orgulha a todos dos resultados conseguidos.

Demos mais um passo no sentido de caminhar para melhorar a qualidade das finanças públicas do nosso país.

Muito obrigado.

Com os melhores cumprimentos,

Helder
Secretário de Estado

Reis



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E
DO ORÇAMENTO

h. Instituto dos Transportes exige devolução de 2,8 milhões de euros a 300 trabalhadores (Mariana Oliveira Jornal “Público” 17/02/2014 - 18:17 atualizado às 23:00)



A Inspeção-Geral de Finanças detetou que suplemento pago durante seis anos não tinha base legal no quadro remuneratório em vigor.

“... O Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) está a notificar pelo menos 300 trabalhadores e ex-funcionários, alguns dos quais já reformados, exigindo-lhes que devolvam uma parte do salário relativa a um suplemento remuneratório que diz ter sido pago ilegalmente nos últimos seis anos, uma reposição que, no total, será superior a 2,8 milhões de euros.

O pedido de devolução decorre de uma auditoria "ao sistema remuneratório" do então Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), levada a cabo pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), em 2011, e que resultou num relatório final datado de Setembro desse ano.

Na sequência desta ação, a IGF concluiu que não havia base legal para o pagamento do suplemento, que deveria ter sido extinto desde Maio de 2007, quando o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) determinou o fim da DGV e a transição de quase 300 dos seus funcionários para o IMTT...”

i. Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro pela elaboração da informação urgente

De: Conceição Cordovil [<mailto:conceicao.cordovil@mf.gov.pt>]

Enviada: sexta-feira, 3 de Outubro de 2014 19:56

Para: Ana Cristina da Silva Ferreira

Cc: Filipa Menezes Alarcão

Assunto: FW: Despacho IG: Inf 1646/2014_ Informação sobre aquisição viaturas para ANPC/SGMAI (pedido SET)

Exma. Senhora,

Peço o favor de fazer chegar à Sra. Dra. Maria Isabel Castelão Silva o agradecimento da Sra. Secretária de Estado do Tesouro pela elaboração da informação urgente em tão curto espaço de tempo.

Com os melhores cumprimentos,

CONCEIÇÃO CORDOVIL
Adjunta



Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro
Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 881 68 00 FAX + 351 21 881 72 09

www.portugal.gov.pt

j. Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro - Novo CPA | Decreto enviado para promulgação

From: Conceição Cordovil [<mailto:conceicao.cordovil@mf.gov.pt>]
Sent: terça-feira, 1 de Julho de 2014 20:03
To: Maria Isabel Castelao Silva
Subject: RE: Novo CPA | Decreto enviado para promulgação (importante)

Caríssima Senhora Dra. Isabel Castelão Silva,

Muito agradeço a sua resposta que reconheço faz sentido e registo.

O propósito que tinha em mente com o mail anterior era o de permitir sinalizar algum aspeto dos 2 projetos considerado de particular relevância.

Com os melhores cumprimentos,

CONCEIÇÃO
Adjunta

CORDOVIL



Gabinete da Secretária de Estado do Tesouro
Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 881 68 00 FAX + 351 21 881 72 09
www.portugal.gov.pt

***k. Gabinete do Secretário de Estado das Finanças -
URGENTE - Pedido de análise e emissão de parecer***

From: Rodrigo Balancho Jesus <rodrigo.balancho.jesus@mf.gov.pt>

Date: Wed, 4 Jun 2014 08:45:14 +0100

To: Maria Isabel Castelao Silva (isabelsilva@igf.min-financas.pt) (isabelsilva@igf.min-financas.pt)<isabelsilva@igf.min-financas.pt>

Subject: RE: URGENTE - Pedido de análise e emissão de parecer

Cara Dr^a Isabel Castelhão Silva,

Venho agradecer-lhe o seu esforço e dedicação pela rápida resposta a este pedido de última hora. Muito obrigado!

Rodrigo

RODRIGO BALANCHO JESUS
Adjunto



Gabinete do Secretário de Estado das Finanças
Av. Infante D. Henrique, 1
1149-009 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 881 69 98 FAX + 351 21 881 72 59
www.portugal.gov.pt

I. Auditoria já tinha alertado para problemas na rede informática dos tribunais (PÚBLICO 10/09/2014 - 09:30 atualizado às 11:06)



Auditoria da Inspeção-Geral das Finanças e documento feito pela equipa que criou a plataforma informática alertaram a tutela para os problemas do Citius.

Muitas das falhas detetadas desde o arranque do novo mapa judiciário na plataforma informática Citius, que faz a gestão dos processos judiciais, já tinham sido referidas numa auditoria da Inspeção-Geral das Finanças (IGF).

A auditoria, citada pelo jornal i, concluiu que a Justiça não tinha recursos humanos com um “conhecimento profundo” do sistema, que a plataforma era lenta e que a rede de comunicações era insuficiente – estas conclusões foram tiradas ainda antes de ser necessário fazer a migração eletrónica de mais de 3,2 milhões de documentos e de 20 milhões de atos processuais, como aconteceu com o novo mapa judiciário que arrancou a 1 de Setembro.

m. Direção-Geral do Orçamento – Procedimento concursal

DGO Orçamento

IGF - EG 03675 11 09 14

Gabinete da Diretora-Geral

Exma Senhora
Dr.ª Maria Isabel Ferreira da Silva
Inspetora-Geral do Ministério das Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 Lisboa

V/Ref. : 2013/65/52/83
Data V/Ref. : 20 Dez. 13

N.º Proc. : P5094/2013
Data Emissor : 9 Set. 14

ASSUNTO: Agradecimento

Na sequência do procedimento concursal de seleção do Chefe de Divisão de Normalização de Processos e Planeamento do Gabinete de Estudos do Processo Orçamental, da DGO, cumpre-me prestar um reconhecimento público ao apurado sentido de colaboração institucional e à notável participação do Sr. Inspetor de Finanças Dr. José Henrique Rodrigues Polaco, que muito contribuíram para o célere desenvolvimento dos trabalhos do júri, sendo da mais elementar justiça levar ao conhecimento de V. Ex.ª o profissionalismo demonstrado pelo Sr. Dr. José Henrique Rodrigues Polaco, manifestando, desta forma, o nosso agradecimento pessoal e institucional.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora-Geral



Manuela Proença

n. Ministério da Administração Interna - Programa Quadro SOLID

From: Ricardo Carrilho [mailto:ricardo.carrilho@dgai.mai.gov.pt]

Sent: terça-feira, 11 de Março de 2014 11:54

To: Joao Capela Borralho

Cc: Carlos Fernando Calhau Trigacheiro; Teresa Ribeiro; Raquel Poucochinho

Subject: Programa Quadro SOLID - Reunião com a Comissão Europeia referente às correções financeiras aos PAs 2007 a 2010

Exmo. Sr. Dr. João Borralho,

A título formal, cumprirá transmitir a V.Exa., bem como à Inspeção Geral de Finanças, o sincero reconhecimento e agradecimento desta Direção-Geral de Administração Interna pela cooperação e colaboração demonstradas pelo Dr. João Borralho na melhor defesa do Estado Português na reunião ontem mantida com a Comissão Europeia.

Tendo-se tratado de uma reunião que, todos esperamos, deverá marcar o início de uma nova fase na implementação do Programa Quadro em apreço, estou certo que tal não teria sido possível sem a preciosa ajuda de V.Exa., que uma vez mais cumpre agradecer.

Permanecendo à inteira disposição,

Com os melhores cumprimentos,

Ricardo Carrilho
Diretor da Área de Relações Internacionais
Direção-Geral Administração Interna
Ministério da Administração Interna
Av. D. Carlos I, 134; 1249-104 Lisboa; Portugal
Tel.: + (351) 21 394 71 00
Fax: + (351) 21 390 92 64
E-mail: ricardo.carrilho@dgai.mai.gov.pt
www.dgai.mai.gov.pt

o. Direção Geral da Administração Interna – Programa Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios

S - 2558/2014/DGAI- DATA: 10-04-2014 14:32

IGF-ES 01316 110414

DGAI DIREÇÃO GERAL
DE ADMINISTRAÇÃO
INTERNA

C/AR

Exmo. Senhor
Dr. Carlos Trigacheiro
Inspeção-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		RI/GFC/374/2014	08-04-2014

ASSUNTO: Agradecimento

No âmbito do encerramento dos Planos Anuais de 2011 do Programa Quadro Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios, vimos por este meio agradecer todo o apoio prestado a estes serviços, na concretização dos trabalhos realizados.

Com os melhores cumprimentos, *6 CUGUM ESTIMU*

O Diretor da Área de Relações Internacionais



Ricardo Carrilho

VM

p. Câmara Municipal de Mora – Urbanização e Edificação na Administração Local



IGF-EG 01739 150514

CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

007701 140514

Ex.mo Sr.

Dr. Mário Tavares da Silva
Sub-Inspector Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA

Sua referência
Proc.º 2013/186/A5/1140

Sua comunicação de

Mora,
14 Mai 2014

Assunto: Auditoria ao Município de Mora - Controlo da Contratação Pública e da Urbanização e Edificação na Administração Local

De acordo com as sugestões dadas e verificada alguma lacuna, por V. Ex.ª, somos obrigados a registar todas essas sugestões e recomendações, como uma mais valia para os nossos procedimentos administrativos, quer no presente, quer no futuro.

O nosso sentido de responsabilidade não nos deixa indiferentes a todos os aspetos por vós apontados, estando empenhados em superar, corrigindo e aperfeiçoando práticas administrativas, conforme conjunto de conclusões e recomendações indispensáveis ao bom funcionamento administrativo e de fiscalização, tido por conclusivo.

Formulando votos de bom trabalho, apresento a V. Ex.ª, os meus cordiais cumprimentos.

Presidente da Câmara Municipal



Eng.º Luís Simão Duarte de Matos



q. Município da Marinha Grande – Publicitação das Subvenções Públicas

Município da Marinha Grande
Câmara Municipal



Exmº Senhor
Director Dr. Henrique Polaco
Inspeção-Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, 41
1199-005 LISBOA

Registado com A/R

Sua Refª	Nossa Refª	Data	Ofício nº
	DFTI	14.03.2014	864

Assunto : Regime Jurídico da Publicitação das Subvenções Públicas – Lei nº 64/2013, de 27 de Agosto. Agradecimento

Exmº Senhor,

No seguimento do nosso ofício nº 347, de 14-01-2014, cumpre informar V.Exª que a conclusão do preenchimento do formulário electrónico, que reporta à IGF a informação relativa a subvenções e benefícios públicos concedidos no ano de 2013, nos termos da Lei nº 64/2013, de 27 de Agosto e do Despacho nº 1169/2014, de 24-01-2014, só foi possível em 10-03-2014.

Gostaríamos de agradecer toda a colaboração e compreensão demonstrada pelos técnicos e colaboradores da IGF, especialmente na pessoa do Sr. Luís Caramujo, na prestação de toda a informação e esclarecimentos relativos a todo este processo.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara



(Álvaro Manuel Marques Pereira)



r. Fundação Alves Brás



ESCOLA PROFISSIONAL
DE AGENTES DE SERVIÇO E APOIO SOCIAL

Inspeção Geral de Finanças
Processo n.º 2013/189/A5/1506

*Exponente
da
Vilaz Conque*

Ex.mo Senhor
Inspetor-Geral de Finanças:

FUNDAÇÃO MONSENHOR ALVES BRÁS, pessoa jurídica canónica com o cartão de pessoa coletiva n.º 504 279 017, Rua de Santo António à Estrela, 35, 1350-291 Lisboa,

1. A ora Exponente procederá à resposta em audiência prévia sobre o Relatório de Auditoria elaborado pela Inspeção geral de Finanças de uma forma sucinta e relativamente a alguns dos pontos de recomendação ou de comentário que foram suscitados por essa Inspeção nesse documento.

Antes, porém, a ora Exponente quer salientar a competência com que os Senhores Inspetores envolvidos neste processo e a própria IGF conduziram todo o procedimento.

Não pode igualmente omitir-se uma nota de agrado pela forma cordata e eficiente como a auditoria se realizou junto da nossa Instituição, bem como pela forma proactiva e pedagógica, como são feitas as recomendações constantes do relatório em causa.

Lisboa, 12 de Maio de 2014

A EXPONENTE

*Maria do Céu Campos Simões
para do Casmo Vilaz Conque*

FUNDAÇÃO MONSENHOR ALVES BRÁS
Escola Profissional ASAS
Rua de Santo António à Estrela, 35
1399-043 LISBOA
Tel. 213 942 428 – Fax: 213 974 650
NIPC 504 279 017

s. *Fundação para as Comunicações Móveis*



Exma. Senhora
Dra. Cristina Ribeiro
Digma. Subinspetora-geral
Inspeção-Geral de Finanças
Ministério das Finanças
Rua Angelina Vidal, n.º 41
1199-005 Lisboa

N/Ref.: FCM-127/2014 Data: 21.08.2014 V/Ref.: Proc. N.º 2014/189/A8/255 Data: 14.08.2014

1. Registamos a excelente colaboração mantida com a equipa de inspetores, nomeadamente com o Senhor Diretor Operacional e com a Senhora Inspetora, renovando o agradecimento pela profundidade da análise levada a cabo por ambos no âmbito da ação identificada em epígrafe.
2. Entendemos que, globalmente, o projeto de Relatório reflete de forma objetiva e precisa a factualidade subjacente ao objeto da auditoria e o resultado das interações entre a FCM e a IGF, pelo que, nessa medida, nos limitamos a assinalar o nosso entendimento quanto a pontos específicos do Projeto de Relatório que a nosso ver merecem clarificação.

Com os melhores cumprimentos,



O Presidente do Conselho de Administração



Mário Franco

7. Satisfação dos colaboradores

A IGF, sendo uma entidade de pequena dimensão, tem usado um modelo de comunicação interno assente em reuniões operacionais para troca de informação, debate e recolha de sensibilidades dos colaboradores. Assim, têm sido feitas reuniões de dois tipos:

- Reuniões de Direção Operacional com a presença da Direção Superior e dos Dirigentes Intermédios e ocasionalmente com os Chefes de Equipa Multidisciplinar;
- Reuniões de Equipa no âmbito das auditorias, com a presença dos Chefes de Equipa Multidisciplinar com os inspetores que constituem cada uma das equipas;
- Intervenção nos inspetores no planeamento das ações, de modo a tornar a definição das condições de realização das auditorias (por exemplo em matéria de DUIS) participativas;
- A execução das ações e a sua avaliação são, por essa via do planeamento, também participativas, assim se construindo o resultado avaliativo final (SIADAP) de cada interveniente;
- Esse sistema permite igualmente monitorizar o desempenho individual e coletivo, porquanto os inspetores e dirigente têm permanentemente informação sobre os DUIS gastos e podem, a cada momento, ponderar/avaliar a sua execução face ao planeado;
- Tal informação, ao nível micro, permite também o acompanhamento da execução do QUAR pela direção.

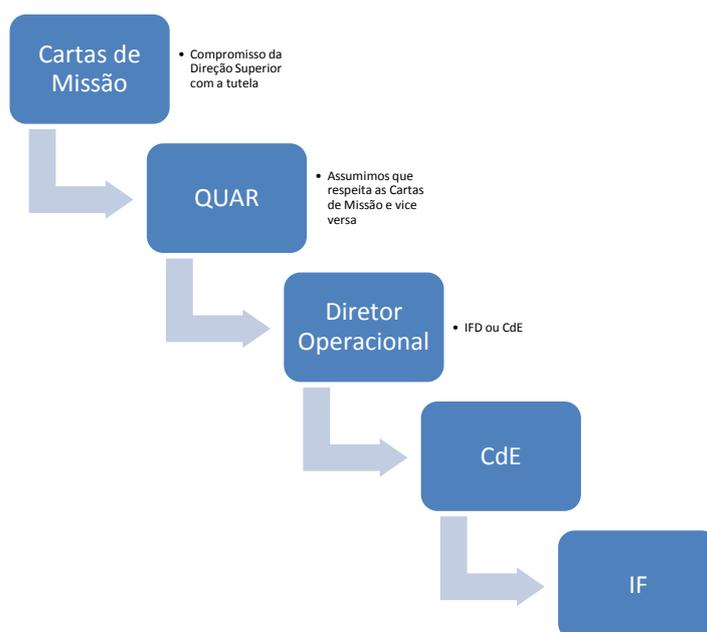
Esse sistema de informação é, portanto, um mecanismo de participação dos colaboradores na atividade desenvolvida pela IGF.

Cabe ainda referir que o Comité de Qualidade, que acompanha os resultados da avaliação das auditorias, inclui trabalhadores eleitos diretamente pelos inspetores, garantindo que essa avaliação mantenha equilíbrios de justiça individual, ao que nos referiremos no ponto seguinte.

8. Processos e Sistemas de indicadores de desempenho

O sistema de indicadores de desempenho da IGF produz dados fiáveis e em tempo real ligados à atividade corrente da IGF. Com efeito, o processo de avaliação compreende o estabelecimento de objetivos individuais por auditoria com avaliação no momento da sua conclusão, facto que ocorre várias vezes no ano para cada equipa.

Por outro lado, os objetivos foram desenhados neste sistema de modo a garantir um elevado grau de alinhamento em cascata, como se ilustra na figura seguinte:



À semelhança de anos anteriores, os resultados são monitorizados ao longo do ano, através de um Sistema Informático, denominado Sistema de Avaliação do Desempenho (SIAD) criado especificamente para o efeito e a que aludimos no ponto anterior.

Este sistema permite a monitorização *just in time* dos resultados sobre os 7 indicadores QUAR, através da interoperabilidade de um vasto conjunto de dados que se exemplificam:

O domínio das ações (Controlo; Avaliação; Apoio Técnico Especializado ou Atividade Instrumental de Missão), o relacionamento com o Projeto e o seu horizonte temporal, o ciclo de realização, o cliente e o tipo de output.

Dados gerais do QUAR

Esta ficha pertence ao QUAR de

Domínio da acção

Dados da ficha de pontuação

Processo/Produto A8 - XXX

Processo (n.º SIGA) 2010/XX/XX/XX

Acção 2010/XX – Controlo de XXX

Projecto no plano de actividades XX - Controlo de XXX

Horizonte temporal do projecto Plurianual Anual

Orientador estratégico

Ciclo de realização da acção Transitou No exercício

Cliente Externo Interno

Tipos de output

<input type="text" value="0"/>	Relatório
<input type="text" value="0"/>	Informação Externa
<input type="text" value="0"/>	Informação Interna
<input type="text" value="0"/>	Estudo Prévio

O Diretor Operacional e a Equipa, bem como os dias úteis previstos para realizar a ação e os dias úteis reais afetos, bem como o cômputo dos dias transatos, caso a ação tenha transitado de um exercício anterior ao QUAR em execução.

Direcção operacional e equipa

Direcção operacional

Ano	Director Operacional	Data In	Data fim
2010	XXXX	15.01.2010	

Chefe de equipa João Cravina Bibe

DUIS estimados para a equipa (PO)

Ano	Nome	DUs Estimados
2010	XXX	2,0
2010	XXX	5,0

DUIS totais reais por ano

Ano	Nome	DUs Reais
2010	XXX	4,0

Para além da monitorização dos dados residentes no SIAD, o Comité de Qualidade, o qual é composto por 6 membros, sendo uns eleitos diretamente pelos Inspectores, outros designados pelo Inspetor-Geral e outros membros são ainda cooptados pelo próprio Comité, a funcionar desde 2008 com Regulamento próprio aprovado por despacho do Inspetor-Geral e publicitado na intranet, analisou, à semelhança dos anos anteriores, um vasto conjunto de ações de controlo, avaliação e apoio técnico especializado, cuja qualidade média foi superior a 7,6 pontos, e um outro grupo de ações selecionadas por amostra.

Os pontos gerados quer na qualidade, quer na criação de valor para o cliente, foram, assim, submetidos à apreciação e validação dos pressupostos de

Pontuação parcelar

	Pontuação estimada	Soma do n.º de situações pontuadas	Soma do n.º de pontos obtidos
1. Valor financeiro das recomendações e propostas	0	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
2. Valor financeiro das participações	0	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
3. Conhecimento gerado	6	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
4. Soluções geradas	0	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0"/>
5. Qualidade da acção	7,00	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="0,00"/>

qualidade de referência e ao rigor da pontuação atribuída nas participações financeiras, conhecimento gerado e soluções apresentadas.

Os outputs concluídos (relatório; informação externa; informação interna, ofício; ou outro) constam também do Sistema.

Documentos registados no OOWNET					
Tipo Doc.	Ano Reg.	Num. Doc.	Data Reg.	Livro	IDAccaoOOWNET
Ofício	2011	1507	25.05.2011	SG2011	50066
Informação Interna	2011	495	12.04.2011	PG2011	50066
Ofício	2011	1401	18.03.2011	EG2011	50066
Ofício	2011	631	28.02.2011	SG2011	50066
Ofício	2011	271	21.01.2011	EG2011	50066

A IGF procedeu também à **elaboração e apresentação**, nos prazos indicados, **de todos os relatórios de monitorização de QUAR requeridos pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARl) do Ministério das Finanças.**

9. Planeamento e Estratégia

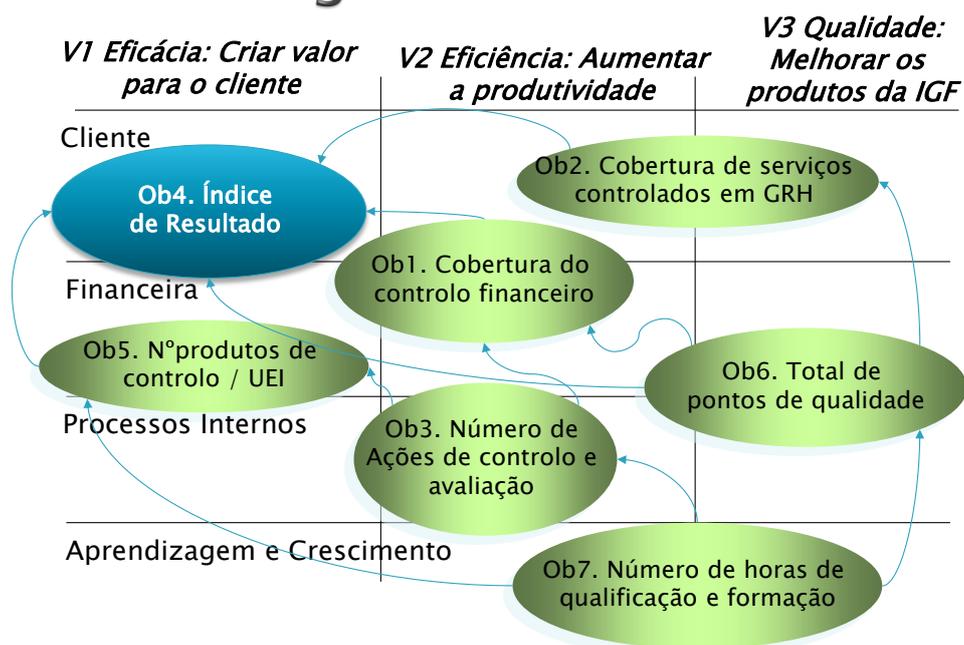
A orientação estratégica da IGF tem sido visivelmente cumprida, sendo a inovação e aperfeiçoamento contínuo uma cultura e filosofia do serviço, sustentada em dezenas de ações de formação com 7553 horas, das quais 1858,5 são autoformação de iniciativa dos colaboradores.

A estratégia da IGF está orientada para a obtenção de resultados em eficácia, em eficiência e em qualidade, como mostram os dados do QUAR de 2014:

Objetivo Estratégico	Resultado
Eficácia: Criar valor para o cliente contribuindo para a economia, eficiência e eficácia na obtenção das receitas e na realização das despesas públicas	139,96%
Eficiência: Aumentar a produtividade através da otimização e valorização de recursos humanos	130,21%
Qualidade: Apostar na qualidade dos produtos da IGF	107,36%

Esta dinâmica também pode ser lida no Indicador 4 – Índice de Resultado no QUAR que marcou **152,19%** no ano e pode ser ilustrada no esquema seguinte ajustado ao Balanced Scorecard:

Estratégia IGF



A estratégia é operacionalizada em projetos e estes em ações operacionais planeados em função de um conjunto de linhas de orientação derivadas dos impactos esperados na sociedade pela intervenção ativa da IGF no suporte das políticas públicas, nomeadamente:

- *Vinculação Legal ou determinação do Governo*
- *Acompanhamento do sistema de controlo de compromissos*
- *Redução de Despesas com Pessoal*
- *Redução de Despesas com Prestações Sociais*
- *Redução de Despesas de Consumo intermédio*
- *Redução de Despesas no SNS*
- *Redução da Despesa com Auxílios Públicos*
- *Combate à Fraude e Evasão Fiscais*
- *Controlo da Eficiência e Competitividade da Administração Tributária*
- *Melhoria da Gestão de Recursos Humanos da AP*
- *Controlo do Endividamento e da Situação Financeira Autárquica*
- *Supervisão de SGPS*
- *Racionalização da Despesa com Investimento Público*
- *Sustentabilidade do Setor Público Empresarial*
- *Redução dos Gastos com PPP, Concessões e Outros Apoio Públicos*
- *Monitorização do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)*
- *Monitorização do programa de ajustamento económico e financeiro das Regiões Autónomas*

O Planeamento de Atividades da IGF procura responder às novas exigências da gestão e controlo das finanças públicas, nomeadamente no domínio financeiro, concretizando o caminho que a IGF se propõe seguir para reforçar o controlo da despesa e da boa gestão dos dinheiros públicos. Estes objetivos passam por uma progressiva reorientação dos recursos da IGF para o reforço do controlo estratégico da administração financeira do Estado, de carácter horizontal e orientado para o médio-prazo, como forma de contribuir de forma mais eficaz para a realização dos objetivos de modernização da administração pública e de assegurar a sustentabilidade das finanças públicas.

O Planeamento está ainda orientado para responder aos diferentes riscos emergentes da amplitude, transversalidade e complexidade dos múltiplos domínios em que se desenvolve a intervenção da IGF, prevista em mais de 70 diplomas legais, no plano nacional e no da União Europeia.

ANEXO I - conforme às Linhas de Orientação Gerais

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 - Ambiente de controlo				
1.1. Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			Em diferentes instrumentos, nomeadamente: Manual de Políticas e Procedimentos de Gestão da IGF; Manual de Normas e Procedimentos de Gestão Logística da Informação na IGF; o Plano de Prevenção de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da IGF, as Declarações de Incompatibilidades, Impedimentos e Conflito de Interesses exigidas quer em relação aos trabalhadores que participem em procedimentos de aquisição de bens e serviços, quer aos restantes trabalhadores em exercício das funções de auditoria pública do controlo estratégico da Administração Financeira do Estado
1.2. É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Existem vários níveis de controlo interno de modo a assegurar que os procedimentos de gestão interna, nas suas diferentes componentes, e com particular destaque para os que implicam a assunção e realização de despesa pública, se encontram desenvolvidos conforme à lei e às regras e princípios que regem a boa gestão financeira pública
1.3. Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Pela natureza dos produtos da IGF, os mesmos obedecem a um rigoroso escrutínio e procedimentos de controlo interno, quer pelas equipas de auditoria, quer pela estrutura hierárquica. Acresce ainda a existência de procedimentos formalizados, que são verificados a diferentes níveis de responsabilidade de modo a assegurar o exercício de função de controlo interno da estrutura hierarquizada
1.4. Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios do bom governo)?	X			Existe um Código de Ética para o corpo inspetivo e também existe um Código de Conduta para os trabalhadores afetos ao suporte à Missão
1.5. Existe uma política de formação de pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Existe um Plano Anual de Formação que contempla as necessidades diagnosticadas para assegurar as capacidades que se revelem ajustadas às funções e à complexidade das tarefas, numa lógica de especialização sem prejuízo da desejável rotatividade dos trabalhadores
1.6. Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			A IGF tem um modelo misto, matricial para a área de missão e hierarquizado para a estrutura administrativa, com uma Direção de Serviços (unidade orgânica única). O modelo matricial assenta numa base de objetivos (estratégicos e operacionais) estruturada por Projetos, cuja Orientação Estratégica encontra-se cometida a Subinpetores-Gerais e Direção Operacional na responsabilidade de Inspetores de Finanças Diretores. Para a estrutura matricial encontram-se em efetividade os 6 Centros de Competências previstos no diploma orgânico da IGF (Decreto-Lei n.º 96/2012, de 23 de abril), os quais funcionam como “bolsas de operacionais” dedicados à abrangência do controlo nos domínios financeiros comunitário, público, empresarial, tributário, tecnologias e sistemas de informação e de avaliação de intervenções e de entidades

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
				<p>públicas, que abrangem a transversalidade e horizontalidade da Administração Financeira do Estado.</p> <p>Os Inspetores estão afetos a cada um dos 6 Centros de Competências, em função dos resultados do mapeamento das suas competências e da formação inicial e especializada adquirida no exercício das funções de controlo, auditoria e/ou avaliação.</p>
1.7. O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			<p>Na estrutura hierarquizada a IGF, em 2013, não foi objeto de ações de auditoria e controlo externo.</p> <p>No exercício da sua missão, no contexto do controlo dos Fundos Comunitários, a IGF foi auditada quer pelos serviços da Comissão Europeia (CE) no âmbito do Contrato de Confiança celebrado entre Portugal e a CE, organismo que destacou a IGF, pela 2ª vez consecutiva, como a única Autoridade de Auditoria a quem foi reconhecido o desempenho mais elevado.</p> <p>Quer ainda pelo Tribunal de Contas Europeu, no âmbito das auditorias referentes à Declaração de Fidedignidade relativas ao último exercício – exame dos sistemas de gestão e controlo nos Estados membros – Autoridade de Auditoria – (relatório anual do TCE).</p>
2 - Estrutura organizacional				
2.1. A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura encontra-se de acordo com o diploma orgânico da IGF (Decreto-Lei n.º 96/2012, de 23 de abril e da Portaria n.º 174/2012, de 29 de maio).
2.2. Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	100 %			100% dos trabalhadores em efetividade de funções foram avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3, bem como efetivaram a correspondente autoavaliação individual
2.3. Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	89 %			Cerca de 90% dos trabalhadores frequentaram, pelo menos, uma ação de formação, encontrando-se identificadas a média no Balanço Social.
3 - Atividades e procedimentos de controlo administrativo e implementados no serviço				
3.1. Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existem vários Manuais, como por exemplo o Manual de Políticas e Procedimentos de Gestão e outros identificados no ponto 1.1.
3.2. A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Encontrava-se claramente definida e formalizada em Ordens de Serviços os responsáveis a quem foram cometidas as responsabilidades (delegada e subdelegada) para a autorização da despesa. No entanto, esta matéria que sofreu alterações em 2013, mercê da transferência de competências para a SGMF fixada na LOE 2013.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
3.3. É elaborado anualmente um plano de compras?	X			Tem sido feita a elaboração anual das necessidades de aprovisionamento de bens e serviços
3.4. Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Ao nível da estrutura hierarquizada (área de suporte), o sistema de rotação de funções deixou de poder ser executado, dadas as transferências de RH e de competências para a SGMF. Na Missão, todos os Inspectores funcionam por objetivos o que implica uma elevada rotação dos mesmos Inspectores entre Equipas lideradas por diferentes Chefias, de modo a rentabilizar as competências e valências existentes.
3.5. As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlo estão definidas e formalizadas?	X			Combinando as regras contempladas no Manual de Políticas e Procedimentos de Gestão, com as Ordens de Serviço e Despachos Internos, encontram-se claramente definidas e formalizadas as responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos cometidos à estrutura hierarquizada
3.6. Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			O Manual de Políticas e Procedimentos de Gestão contempla fluxos de processos, circuitos funcionais e documentais, responsáveis, entre outros aspetos, ao nível da tarefa e da estrita conformidade legal e regularidade financeira, pressuposto da boa qualidade da gestão
3.7. Os circuitos dos documentos estão claramente definidos para evitar redundâncias?	X			Os circuitos documentais, em suporte físico ou informático, encontram-se claramente definidos de modo a maximizar a eficiência dos mesmos e eliminar redundâncias ou ocorrência de erros
3.8. Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e de infrações conexas?	X			Existe um plano de gestão de risco de corrupção e de infrações conexas, de acesso público, em cumprimento da Recomendação do Conselho de Prevenção, do qual a IGF faz parte
3.9. O plano de gestão de riscos de corrupção e de infrações conexas é executado e monitorizado?	X			O Plano é executado e monitorizado e encontra-se em curso o ajustamento às necessidades de melhorias identificadas no processo de acompanhamento
4 - Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1. Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados em todas áreas indicadas que se encontram interligados à ESPAP, tendo a IGF sido um dos primeiros utilizadores do sistema ainda em fase de teste. No entanto, a área de contabilidade e RH viu a generalidade das suas competências transferida para a SGMF
4.2. As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento da informação?	X			Esta matéria é essencialmente do foro da SGMF atenta a transferência de competências
4.3. Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			Esta matéria é essencialmente do foro da SGMF atenta a transferência de competências.

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
4.4. A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			As decisões são tomadas tendo por base os produtos gerados pelos Sistemas de Informação (SIGA, OwNet; SIAD, entre outros)
4.5. Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			Existe uma política de acessos e respetivas normas de segurança, com níveis de segurança atribuídos em função das tarefas cometidas e das responsabilidades inerentes. Os ativos da IGF estão também salvaguardados com regras de segurança e de acessos. Existem restrições de circulação condicionada a acesso com cartão.
4.6. A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			Existe uma política de <i>backups</i> , que determina a salvaguarda diária dos dados residentes nos servidores.
4.7. A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			Existe também uma política de controlo e de segurança de informações, garantida, a nível interno, através de firewall, e nas relações da IGF com o exterior também existe condicionantes de segurança para informação em trânsito, encontrando-se todos os computadores pessoais com login e password e os ficheiros sensíveis têm todos proteção associada.

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.

O presente Anexo faz parte integrante do relatório de autoavaliação do desempenho da IGF relativo a 2014.